

# Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 29

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rombo fiscal deve exigir contingenciamento de gastos (Editorial)..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita nega Imposto de Renda menor para servidor público em teletrabalho no exterior  
..... 6

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção de impostos também para brasileiros e não apenas para estrangeiros..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

De viagem marcada e nervoso com o câmbio? Veja como economizar..... 9

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Drogas apreendidas no galeão - DIA A DIA..... 11

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contas públicas registram rombo de R\$ 61 bi, segundo pior mês na história..... 12

VALOR ONLINE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rombo fiscal deve exigir contingenciamento de gastos..... 13

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Não incidência de contribuição previdenciária sobre CBIOS..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Rombo chega a R\$ 60,9 bi em maio..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo tem déficit de R\$ 60,9 bi em maio..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do governo têm rombo de R\$ 61 bi em maio..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Só um quinto dos imigrantes consegue emprego formal no país..... 20

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Lula descarta reajuste abaixo do salário mínimo..... 23

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Contas têm 2º pior maio, mas Haddad garante ano de melhora..... 25

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS deverá coibir descontos irregulares em benefícios.....	26
EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS SEGURIDADE SOCIAL	
Alerta sobre o 'golpe do BPC'.....	28
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9.....	30
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
Prorrogação automática do auxílio-doença do INSS vai até 30 de junho; saiba como pedir (inss) .....	31
VALOR ONLINE - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Regras insustentáveis do INSS.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária é destaque no Fórum de Lisboa.....	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Arrecadação crescerá no DF.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Presidente do Quênia recua sobre aumentar impostos.....	39
O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Comércio entre países da América Latina vai mal.....	40
O GLOBO - RJ - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Presidente do Quênia descarta aumento de impostos após 23 mortes em protestos.....	43
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Regras insustentáveis do INSS (Artigo).....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Crise de confiança no mercado se agrava e dólar sobe a R\$ 5,52.....	46
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Brasil é insustentável a longo prazo, diz Viana.....	48
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - NACIONAL ECONOMIA	
Prévia da inflação desacelera de 0,44% para 0,39% em junho.....	49
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Lula volta a pôr corte de gastos em xeque, e dólar vai a R\$ 5,51.....	50
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar sobe 1,2%, a R\$ 5,51.....	51

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Gabriel Galípolo é "altamente preparado", afirma presidente ..... 53

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Decreto altera as regras da meta de inflação ..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Economistas elogiam clareza da nova regra ..... 55

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Prévia da inflação sinaliza pressões para o resto do ano ..... 56

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo comete "suíddio econômico", diz AZ Quest ..... 58

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Fiscal obstrui efeito do juro na inflação, diz Berriel ..... 59

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - POLÍTICA  
ECONOMIA

Prévia da inflação oficial fica em 0,39% em junho ..... 62

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS  
ECONOMIA

Haddad diz que país terá melhor resultado em 10 anos ..... 63

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Governo formaliza regime de meta contínua de inflação a partir de 2025 ..... 64

# Rombo fiscal deve exigir contingenciamento de gastos (Editorial)

As despesas do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) continuam correndo muito à frente das receitas líquidas, e o déficit primário continua aumentando. O resultado de maio, um rombo de R\$ 61 bilhões, confirma as dificuldades do governo, que se debate entre fazer ou não um contingenciamento de receitas para tentar chegar à meta, com margem para menos, de 0,25% do **PIB**, ou R\$ 28,8 bilhões. O presidente Lula, em entrevista ontem ao portal UOL, deu limites para eventuais ajustes e colocou em dúvida a necessidade de cortar despesas, que não é claramente sua preferência. "O problema não é ter que cortar, é saber se precisa efetivamente cortar ou se precisa aumentar a arrecadação", disse o presidente.

No fim de julho, o governo apresentará seu relatório de receitas e despesas do terceiro bimestre, em que terá de calibrar os gastos para não ultrapassar a meta de déficit zero para o ano. A equipe econômica, depois dos discursos recentes de Lula, nenhum deles favoráveis a qualquer coisa que lembre austeridade, prometeu rever os gastos tributários-uma montanha de R\$ 537 bilhões -, em uma iniciativa necessária que, porém, não traz resultados a curto prazo. Bloquear despesas do orçamento é a única ação que poderá dar alguma chance de zerar o déficit, embora o corte temporário incida apenas sobre 10% do orçamento-a parcela referente a custeio, investimentos, e, em menor proporção, emendas parlamentares. Como isso afeta o PAC, há evidentes resistências por parte da Casa Civil, que, nos embates com a Fazenda, tem em geral contado com o apoio do presidente.

Será difícil aumentar a arrecadação para cumprir a meta fiscal, por um motivo simples: ela já está crescendo muito. No acumulado de janeiro a maio, a Receita teve arrecadação de R\$ 1,09 trilhão, um recorde no século. Houve avanço acima da **inflação** no ano de 8,72%. Os recursos que ingressam nos cofres da Previdência subiram 6% em termos reais, alavancados por um impulso de 6,76% da massa salarial, fruto do aumento do emprego e dos salários.

Várias medidas aprovadas pelo Congresso para melhorar a arrecadação estão cumprindo sua função. A receita obtida até maio com a taxação de fundos exclusivos se aproxima da meta para o ano (R\$ 12,27 bilhões ante objetivo de R\$ 13,28 bilhões), e a prevista para a taxação de fundos offshore já é superior (R\$

7,3 bilhões, ante meta de R\$ 5,6 bilhões). A trava estabelecida na compensação de créditos judiciais das empresas permitiu que elas usassem R\$ 19,6 bilhões no ano para abatimentos, inferior ao uso de R\$ 37 bilhões no ano passado (Folha de S. Paulo, ontem).

Ainda assim, para fazer frente ao grande volume de despesas, será preciso maiores receitas ainda. Há frustração importante nos recursos estimados com acordos com empresas decorrentes de vitórias da União pelo voto de desempate nos julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A previsão oficial para o ingresso de verbas neste caso é de R\$ 55,6 bilhões, mas não houve até agora qualquer adesão dos contribuintes (Valor, ontem).

As despesas, por seu lado, seguem suplantando as receitas por larga margem. Enquanto a receita líquida do governo central avançou 8,5% acima da **inflação** no ano até maio, as despesas totais subiram 13%. Em maio, houve déficit de R\$ 60,98 bilhões, levando o rombo acumulado no ano a R\$ 30 bilhões, superior ao intervalo máximo de tolerância fixado pela meta fiscal. Apesar do bom crescimento da economia, os benefícios previdenciários aumentaram 13,1% e os gastos com o Benefício de Prestação Continuada, 17,6%, ambos em termos reais. Em 12 meses, o déficit primário aumenta, e não diminui. Fechou 2023 em 2,12% do **PIB**, evoluiu para 2,2% em março, 2,23% em abril e 2,36% em maio.

Na primeira revisão de gastos e despesas do Tesouro, o governo fez um contingenciamento pró-forma de R\$ 2,9 bilhões, suspenso logo a seguir, na segunda revisão, ainda que o resultado previsto tenha sido reduzido de um superávit de R\$ 9,1 bilhões para déficit de R\$ 14,5 bilhões. Será difícil empurrar a contenção de gastos orçamentários para o quarto bimestre. A previsão dos analistas privados sobre o tamanho do corte oscila muito, de R\$ 15 bilhões a R\$ 48 bilhões. O tamanho dessa suspensão de despesas vem assustando o governo desde a confecção do orçamento de 2024. Havia previsão de até R\$ 53 bilhões, o que levou o governo a uma malograda incursão ao TCU para garantir não a meta primária, mas a de despesas.

Ainda que o contingenciamento possa ser bem menor, terá de ser feito. O esforço mínimo, de R\$ 15 bilhões,

assegurar a meta, se todas as demais previsões do governo, em especial as de arrecadação, se confirmarem. Pela execução do orçamento até agora, as despesas foram subestimadas e as receitas, superestimadas. As estimativas do boletim Focus da semana passada indicam que o rombo fiscal será de 0,7% do **PIB** no ano e 0,6% em 2025, o que obrigará o governo a rever sua recusa em cortar gastos, ou a submeter-se a sanções pelo descumprimento dos parâmetros do regime fiscal. Ou então, ele mudará de novo a meta, sepultando a credibilidade do arcabouço.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913?page=1&section=1)**

# Receita nega Imposto de Renda menor para servidor público em teletrabalho no exterior

**Beatriz Olivon De Brasília**

Não basta avisar a **Receita Federal** que foi morar no exterior para ser considerado "não residente" e ter o direito de pagar alíquota menor de Imposto de Renda (IRRF) sobre salário. É necessário comprovar a intenção de seguir residindo fora do país e ter essa possibilidade comprovada por meio da fonte pagadora. O entendimento do órgão, que deve ser seguido por todos os auditores fiscais do país, está na Solução de Consulta nº 133, editada neste mês pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

O caso analisado foi apresentado por uma auditora fiscal, que trabalha de forma remota para a **Receita Federal**. Ela saiu do país em fevereiro de 2021 para acompanhar o marido, que não é servidor público e foi transferido. A auditora informou que não apresentou "Comunicação de Saída Definitiva do País", por ter dúvidas se seria necessária.

A decisão vai na mesma linha de outra solução de consulta publicada também neste mês, de nº 130, que envolve uma servidora do Senado. No caso, o Serviço de Operações Tributárias do Senado havia considerado que o domicílio fiscal da contribuinte não seria o Brasil, sem apontar onde seria, e alterou a forma de retenção do Imposto de Renda.

As respostas podem ser aplicadas em outros casos, e não apenas naqueles que envolvem teletrabalho de servidor público, segundo Hermano Barbosa, sócio do BMA Advogados. As explicações, diz o advogado, são relevantes. "Detalham o entendimento da Receita sobre quando a pessoa deixa de ser considerada como residente no Brasil, mesmo tendo apresentado formalmente uma comunicação de saída definitiva", afirma. "Não basta dizer que saiu. Tem que reunir indícios que demonstrem que queria sair, com ânimo definitivo." No Brasil, o residente está sujeito à alíquota progressiva de até 27,5% sobre o salário. A alíquota do não residente é de 25%. Essa classificação é importante também por impactar outras receitas, de acordo com tributaristas. O não residente não paga Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos obtidos no exterior, enquanto o residente é tributado.

A discussão envolve a Instrução Normativa nº 208, de 2002. A norma traz algumas exceções que poderiam ser aplicadas à situação da auditora fiscal. Por isso,

ela resolveu formular uma consulta.

Na resposta, a **Receita Federal** destaca que o caso não trata de trabalho executado para órgãos da **Receita Federal** situados no exterior. E que, para ser considerado como não residente, o contribuinte deve se retirar do país com intenção definitiva.

"A mera saída do território nacional não é condição suficiente para caracterizar a perda de residência fiscal, exigindo-se que o afastamento seja acompanhado de um elemento de vontade específico", afirma a **Receita Federal** na solução de consulta.

O órgão acrescenta que o contribuinte que quer se retirar em caráter permanente deve apresentar à administração tributária a Comunicação de Saída Definitiva. Porém, diz, essa comunicação será considerada meramente declaratória, não sendo capaz de caracterizar, por si só, a condição de não residente.

"Para que o contribuinte passe a ser considerado como não residente, a Comunicação de Saída Definitiva deve refletir a vontade de se ausentarem caráter permanente do país. A Comunicação que não estiver revestida deste pressuposto volitivo não merece fé, não sendo suficiente para que o contribuinte brasileiro passe a ser considerado, para fins fiscais, como não residente", afirma.

Para a Receita, o simples desejo de morar em outro país não descaracteriza a residência fiscal do contribuinte. No caso concreto, definiu o órgão, a situação jurídica da auditora fiscal não permite que ela opte pela saída definitiva do país.

"O regime jurídico de seu vínculo de trabalho com o Estado brasileiro pressupõe que a servidora deva voltar ao exercício de suas funções no local de sua lotação. Em outras palavras, a autorização dada pela Portaria da RFB para que a consulente desempenhe suas atividades em regime de teletrabalho no exterior é precária, existindo somente enquanto perdurar o evento que justificou sua concessão", diz a Receita.

Ainda que a auditora se mantenha em regime de teletrabalho no exterior, os seus rendimentos, de acordo com o órgão, devem ser tributados pela regra geral, assim como ocorreria se estivesse exercendo suas atividades presencialmente no Brasil - alíquota

progressiva de até 27,5%.

Essa tributação vale para o primeiro ano fora do país. Segundo a Receita, também se aplica à auditora fiscal a previsão de que contribuintes residentes no país que estiverem ausentes no exterior por período superior a doze meses passarão a ser tributados como não residentes, submetendo seus rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil à tributação exclusiva na fonte à alíquota de 25%. O mesmo entendimento foi aplicado no caso da servidora do Senado.

Hermano Barbosa afirma que a Receita não se contentou com uma declaração prestada pelo contribuinte de que estava saindo do Brasil de forma definitiva. O órgão, acrescenta, quis avaliar se aquela pessoa realmente demonstrava que a declaração refletia a realidade. Ainda segundo o advogado, embora seja um caso peculiar, a resposta mostra uma forma mais complexa e potencialmente mais subjetiva de a Receita tratar essas situações.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913>



# Isenção de impostos também para brasileiros e não apenas para estrangeiros

Durante o primeiro semestre de 2023, os varejistas brasileiros se reuniram diversas vezes com representantes do Governo Federal para pleitear regras tributárias justas para compras realizadas em sites internacionais, o que também se conhece como e-commerce cross-border. Meses depois, o que vimos, no entanto, foi um verdadeiro presente para as plataformas estrangeiras.

O imposto federal de importação, de 60%, foi zerado para transações de até US\$ 50 - cerca de R\$ 256,00 na cotação atual. Bastava apenas que as empresas aderissem ao Programa Remessa

Conforme (PRC), da **Receita Federal**, que prevê cobrança fixa de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 17%. Ainda, as remessas desses negócios passaram a ser priorizadas no despacho aduaneiro.

Foi um balde de água fria no setor que é responsável por milhões de empregos com carteira assinada no país. Segundo estudo do professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) José Pastore, os encargos trabalhistas custeados pelas empresas brasileiras chegam a 103,7% das remunerações. Para as plataformas estrangeiras de e-commerce esse custo é zero, visto que elas não geram postos de trabalho por aqui.

Outro dado assustador: ao comprar uma peça de roupa ou um calçado numa loja nacional, o consumidor paga 39,04% em **impostos**, de acordo com a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex), valor muito maior do que os 17% das remessas oriundas de cross-border. Uma competição nesse contexto é inviável. O que se vê é uma concorrência desleal tributária descarada.

Temos visto, nesse sentido, como bem pontuou o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), do qual sou conselheira, uma "política industrial às avessas", que prioriza players que não dão um centavo de retorno para o país em detrimento de um setor que movimenta fortemente a nossa economia e é o pilar de sustento para milhares de famílias.

Agora, contudo, surge uma luz no fim do túnel. No relatório preliminar do projeto (PL 914/2024) sobre o

Mover, programa nacional de Mobilidade Verde e Inovação, o deputado federal Átila Lira (PP-PI) protocolou parecer que contempla, entre outros pontos, a revogação da isenção do imposto de importações para remessas internacionais de até US\$ 50. Diversas entidades se posicionaram de modo favorável à medida, incluindo o IDV.

É urgente que a proposta seja aprovada, sob o risco de um setor inteiro e milhões de trabalhadores serem injustamente penalizados. Defender o fim da isenção é ficar ao lado do em-preendedorismo nacional, que investe e acredita no país. O que testemunhamos, porém, é um segmento que está sendo sufocado com o aval do Poder Público. E se o fim da isenção para as compras realizadas via plataformas cross-border não for possível, então que o governo isente as compras feitas no Brasil até o mesmo limite, na casa dos R\$ 250.

**Site:**

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/mxfw/#p=1>



# De viagem marcada e nervoso com o câmbio? Veja como economizar

**PAULO RENATO NEPOMUCENO**  
paulo.renato@oglobo.com.br

Se o dólar comercial fechou ontem a R\$ 5,51, o câmbio turismo chegou a ser negociado perto de R\$ 6 durante a manhã, terminando o dia na casa dos R\$ 5,80, em espécie. Muita gente com viagem marcada para as férias de julho foi surpreendida. Mas é possível amenizar, ao menos um pouco, o impacto no bolso. Confira as orientações de especialistas.

## Conta global

A conta global é, na prática, uma conta corrente aberta no exterior. Mas o cadastro pode ser feito de forma simples, pelo celular, na maioria das vezes sem taxa de manutenção. Pode haver, no entanto, cobrança de taxas de remessa, que variam conforme a instituição. Wise, Nomad e Avenue são as mais conhecidas, mas muitos bancos já oferecem o serviço.

A compra de dólares -ou euros, libras, pesos etc. - é feita por Pix, e o saldo pode ser checado pelo celular. Os pagamentos podem ser feitos por cartão físico ou virtual.

Essas contas têm duas vantagens. Uma é o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1,1%, a mesma taxa cobrada de quem compra dólar em espécie. No cartão de crédito e no pré-pago, o IOF é de 4,38%.

A outra é que a cotação do câmbio usada é a comercial, não a turismo.

- E igual uma conta corrente: você manda para sua conta e usa. Além de receber o cartão em casa, com crédito também como opção, você também pode ter o cartão nas wallets (carteiras digitais dos smartphones) -diz Paula Zogbi, gerente de Research na Nomad.

E possível ainda ter alertas sobre cotações favoráveis, explica a gerente de marketing de produto da Wise, Helene Romanzini: -O cliente pode criar alertas no app para ser notificado quando a taxa de câmbio atingir o valor desejado.

## Dinheiro em espécie

Neste caso, as cotações nem sempre são as mais vantajosas. Mas especialistas recomendam levar uma

pequena quantia, para compras imediatas ao chegar no país de origem ou para situações de emergência: - O custo para comprar (a divisa em espécie) é alto, com o spread (diferencial entre a cotação turismo e o valor realmente cobrado) dependendo da casa de câmbio. A vantagem é tê-lo na mão para situações emergenciais e facilitar em situações de curtíssimo prazo - diz Larissa Frias, planejadora financeira do C6 Bank.

Os principais riscos, explica Larissa, são de segurança: a possibilidade de perdas e furtos é maior. É aconselhável verificar se no destino há facilidade para pagar em cartão e outros meios eletrônicos, a fim de decidir o quanto levar em espécie. E pesquisar bastante antes de comprar, pois as cotações variam bastante entre as casas de câmbio.

E é importante lembrar que, desde o ano passado, o limite para embarque com dinheiro em espécie sem necessidade de declaração à **Receita Federal** é de US\$ 10 mil (cerca de R\$ 55 mil). Acima disso, é preciso informar a quantia e pagar os **impostos** devidos.

## Cartão de crédito

A modalidade é mais prática, mas pode pesar no bolso. O IOF está hoje em 4,38%, mas será reduzido progressivamente até 2028, quando será zerado.

-O cartão de crédito é para ser usado em último caso, porque, além das taxas mais altas, o câmbio depende do banco da conta -diz Paula, da Nomad, frisando que a moeda pode variar para cima até o dia do pagamento da fatura, gerando surpresas na hora de quitar as dívidas.

No cartão de crédito, a cotação do dólar tem por base a Ptax, definida pelo Banco Central. Mas a instituição financeira do cartão pode cobrar um ágio sobre a cotação estabelecida pela autoridade monetária.

Por isso, o consumidor deve estar atento se será cobrada a cotação do dólar no dia da compra ou na data do fechamento da fatura. Ele precisa se informar com o banco se, ao adiantar o pagamento da fatura, será cobrado o valor da cotação no dia da escolha do fechamento antecipado.

Apesar das taxas maiores, as compras com cartão de crédito podem gerar algum retorno, diz Paula: -A vantagem da modalidade é acumular pontos no cartão, podendo trocar por outros produtos e serviços nos programas de milhagem.

"Travei money

Nos cartões pré-pagos, conhecidos como travei money, o pagamento é realizado na hora da compra da divisa, com a cotação do momento. Mas o IOF é o mesmo do cartão de crédito: 4,38%. Ainda assim, especialistas destacam algumas vantagens.

- O limite preestabelecido ajuda a controlar despesas e é menos arriscado que carregar grandes quantias de papel-moeda. O trava-mento da taxa de câmbio no momento da carga evita surpresas com a oscilação cambial - afirma Gabriel Lago, planejador financeiro da The Hill Capital.

Caso o cliente não gaste tudo que depositou em moeda estrangeira nesses cartões pré-pagos, existe a opção de resgatar a sobra, mas muitos bancos cobram taxas para isso.

Tem mais tempo?

Para quem não vai viajar agora em julho, a recomendação é comprar dólares gradualmente.

- Comprando moeda aos poucos, você faz o chamado preço médio. Quanto maior a antecipação, mais você consegue aproveitar as oscilações e minimiza o risco de pagar uma cotação mais alta ao comprar tudo de uma vez -diz Larissa.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Drogas apreendidas no galeão - DIA A DIA

A **Receita Federal** apreendeu, ontem, uma encomenda postal nacional contendo ecstasy, MDMA, cigarro eletrônico e cartuchos de cannabis no Aeroporto do Galeão, na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio.

O material estava escondido em uma caixa de som e o valor total da apreensão foi de R\$ 35 mil. A fiscalização foi feita com inspeção da equipe de cães farejadores em parceria com os Correios no terminal doméstico do aeroporto.

A remessa continha 400 comprimidos de ecstasy, 100g de MDMA, cigarro eletrônico e dois cartuchos de cannabis de alto teor THC. O material estava camuflado em uma caixa de som.

## EXECUTADO COM 19 TIROS EM PARATY

Um homem foi executado com 19 tiros e o enteado dele foi baleado, na manhã de ontem, na Rua Dr Derli Elena, em Paraty, Costa Verde do Rio. As câmeras de segurança de um estabelecimento flagraram o momento em que dois homens com roupas pretas, e encapuzados, descem do carro e buscam por Felipe Fernandes da Conceição, de 32 anos, e A.V.S, de 16 anos. De acordo com agentes da 167ª DP (Paraty), as vítimas são suspeitas de pertencer ao Comando Vermelho (CV) que atua na cidade. A motivação inicial seria a guerra do tráfico, mas nenhuma linha de investigação foi descartada até o momento.

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12493/27-06-2024.html>

# Contas públicas registram rombo de R\$ 61 bi, segundo pior mês na história

As contas do governo central registraram um déficit de R\$ 61 bilhões em maio, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (26) pelo Tesouro Nacional. Esse resultado foi impactado pelo pagamento do 13º salário aos beneficiários do **INSS** e por despesas extras devido à calamidade no Rio Grande do Sul. Este déficit é o segundo pior para o mês de maio desde o início da série histórica, que começou em 1997. O pior resultado ocorreu em 2020, quando o governo enfrentou a pandemia de Covid-19, resultando em um déficit de R\$ 165,1 bilhões (em valores atualizados).

As contas do governo central abrangem o Tesouro Nacional, o Banco Central e a **Previdência Social**. Com o déficit registrado em maio, o saldo positivo dos primeiros quatro meses do ano foi revertido, acumulando agora um déficit de R\$ 30 bilhões em 2024. Esse é o pior desempenho para o período desde 2020, influenciado pelo calendário do 13º do **INSS** e pela antecipação de precatórios. Nos últimos 12 meses, o déficit acumulado do governo central é de R\$ 268,4 bilhões, equivalente a 2,36% do **PIB**, em valores ajustados pela **inflação**.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem como meta atingir um déficit zero em 2024. No entanto, o novo arcabouço fiscal permite um déficit de até R\$ 28,8 bilhões sem comprometer a meta. Na segunda revisão do Orçamento, divulgada em julho, o governo projetou um déficit de R\$ 27,5 bilhões, incluindo R\$ 13 bilhões em despesas extraordinárias devido à calamidade no Rio Grande do Sul. Esses gastos podem ser descontados da meta fiscal, resultando em um déficit estimado de R\$ 14,5 bilhões para fins de cumprimento da regra.

A obtenção desse resultado depende de receitas extras de R\$ 168,3 bilhões a serem aprovadas pelo Congresso Nacional. No entanto, algumas dessas medidas, como a negociação especial para contribuintes derrotados no **Carf**, calculada em R\$ 55,6 bilhões, ainda não tiveram a adesão esperada.

Na avaliação do especialista em finanças, Helder Cavalcante, este resultado é alarmante, sendo o segundo pior para o mês de maio desde o início da série histórica em 1997. "Essa situação nos leva a refletir sobre a saúde fiscal do país. A pandemia de Covid-19 em 2020 apresentou um déficit recorde de R\$ 165,1 bilhões, mas era uma situação extraordinária

que exigia respostas rápidas e robustas do governo. Agora, estamos enfrentando déficits significativos em tempos de relativa normalidade, o que aponta para desafios estruturais persistentes", disse.

Ainda segundo ele, o governo precisa encontrar um equilíbrio delicado entre a responsabilidade fiscal e a necessidade de atender às demandas sociais e emergenciais. "A sustentabilidade das contas públicas é crucial para manter a confiança dos investidores e assegurar a estabilidade econômica. As despesas extraordinárias, como as decorrentes da calamidade no Rio Grande do Sul, são inevitáveis, mas é fundamental que sejam acompanhadas de uma gestão rigorosa e eficiente dos recursos públicos", destacou.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/>

# Rombo fiscal deve exigir contingenciamento de gastos

27/06/2024 05h02 Atualizado há 2 horas

As despesas do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) continuam correndo muito à frente das receitas líquidas, e o déficit primário continua aumentando. O resultado de maio, um rombo de R\$ 61 bilhões, confirma as dificuldades do governo, que se debate entre fazer ou não um contingenciamento de receitas para tentar chegar à meta, com margem para menos, de 0,25% do **PIB**, ou R\$ 28,8 bilhões. O presidente Lula, em entrevista ontem ao portal UOL, deu limites para eventuais ajustes e colocou em dúvida a necessidade de cortar despesas, que não é claramente sua preferência. "O problema não é ter que cortar, é saber se precisa efetivamente cortar ou se precisa aumentar a arrecadação", disse o presidente.

No fim de julho, o governo apresentará seu relatório de receitas e despesas do terceiro bimestre, em que terá de calibrar os gastos para não ultrapassar a meta de déficit zero para o ano. A equipe econômica, depois dos discursos recentes de Lula, nenhum deles favoráveis a qualquer coisa que lembre austeridade, prometeu rever os gastos tributários - uma montanha de R\$ 537 bilhões -, em uma iniciativa necessária que, porém, não traz resultados a curto prazo. Bloquear despesas do orçamento é a única ação que poderá dar alguma chance de zerar o déficit, embora o corte temporário incida apenas sobre 10% do orçamento - a parcela referente a custeio, investimentos, e, em menor proporção, emendas parlamentares. Como isso afeta o PAC, há evidentes resistências por parte da Casa Civil, que, nos embates com a Fazenda, tem em geral contado com o apoio do presidente.

Será difícil aumentar a arrecadação para cumprir a meta fiscal, por um motivo simples: ela já está crescendo muito. No acumulado de janeiro a maio, a Receita teve arrecadação de R\$ 1,09 trilhão, um recorde no século. Houve avanço acima da **inflação** no ano de 8,72%. Os recursos que ingressam nos cofres da Previdência subiram 6% em termos reais, alavancados por um impulso de 6,76% da massa salarial, fruto do aumento do emprego e dos salários.

Várias medidas aprovadas pelo Congresso para melhorar a arrecadação estão cumprindo sua função. A receita obtida até maio com a taxação de fundos exclusivos se aproxima da meta para o ano (R\$ 12,27

bilhões ante objetivo de R\$ 13,28 bilhões), e a prevista para a taxação de fundos offshore já é superior (R\$ 7,3 bilhões, ante meta de R\$ 5,6 bilhões). A trava estabelecida na compensação de créditos judiciais das empresas permitiu que elas usassem R\$ 19,6 bilhões no ano para abatimentos, inferior ao uso de R\$ 37 bilhões no ano passado (Folha de S. Paulo, ontem).

Ainda assim, para fazer frente ao grande volume de despesas, será preciso maiores receitas ainda. Há frustração importante nos recursos estimados com acordos com empresas decorrentes de vitórias da União pelo voto de desempate nos julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A previsão oficial para o ingresso de verbas neste caso é de R\$ 55,6 bilhões, mas não houve até agora qualquer adesão dos contribuintes (Valor, ontem).

As despesas, por seu lado, seguem suplantando as receitas por larga margem. Enquanto a receita líquida do governo central avançou 8,5% acima da **inflação** no ano até maio, as despesas totais subiram 13%. Em maio, houve déficit de R\$ 60,98 bilhões, levando o rombo acumulado no ano a R\$ 30 bilhões, superior ao intervalo máximo de tolerância fixado pela meta fiscal. Apesar do bom crescimento da economia, os benefícios previdenciários aumentaram 13,1% e os gastos com o Benefício de Prestação Continuada, 17,6%, ambos em termos reais. Em 12 meses, o déficit primário aumenta, e não diminui. Fechou 2023 em 2,12% do **PIB**, evoluiu para 2,2% em março, 2,23% em abril e 2,36% em maio.

Na primeira revisão de gastos e despesas do Tesouro, o governo fez um contingenciamento pró-forma de R\$ 2,9 bilhões, suspenso logo a seguir, na segunda revisão, ainda que o resultado previsto tenha sido reduzido de um superávit de R\$ 9,1 bilhões para déficit de R\$ 14,5 bilhões. Será difícil empurrar a contenção de gastos orçamentários para o quarto bimestre. A previsão dos analistas privados sobre o tamanho do corte oscila muito, de R\$ 15 bilhões a R\$ 48 bilhões. O tamanho dessa suspensão de despesas vem assustando o governo desde a confecção do orçamento de 2024. Havia previsão de até R\$ 53 bilhões, o que levou o governo a uma malograda incursão ao TCU para garantir não a meta primária, mas a de despesas.

Ainda que o contingenciamento possa ser bem menor, terá de ser feito. O esforço mínimo, de R\$ 15 bilhões, assegurará a meta, se todas as demais previsões do governo, em especial as de arrecadação, se confirmarem. Pela execução do orçamento até agora, as despesas foram subestimadas e as receitas, superestimadas. As estimativas do boletim Focus da semana passada indicam que o rombo fiscal será de 0,7% do **PIB** no ano e 0,6% em 2025, o que obrigará o governo a rever sua recusa em cortar gastos, ou a submeter-se a sanções pelo descumprimento dos parâmetros do regime fiscal. Ou então, ele mudará de novo a meta, sepultando a credibilidade do arcabouço.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2024/06/27/rombo-fiscal-deve-exigir-contingenciamento-de-gastos.ghtml>**



# Não incidência de contribuição previdenciária sobre CBIOS

Por Viviane Strachicini e Pedro Bini

Por Viviane Strachicini e Pedro Bini

27/06/2024 05h02 Atualizado há 2 horas

A Lei nº 13.576/2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustível (Renovabio), previu a criação do Crédito de Descarbonização (CBIO), que permite que as distribuidoras de combustíveis cumpram suas metas individuais de redução de gases causadores do efeito estufa.

Os CBIOS podem ser considerados uma espécie de "créditos de carbono" gerados em decorrência das metas de redução de gases causadores de efeito estufa pelas distribuidoras de combustíveis, cuja emissão é autorizada a produtores de biocombustíveis, dentre os quais as agroindústrias que realizam atividades agrícolas (rurais) e industriais de cultivo e processamento da cana-de-açúcar para a produção do açúcar, etanol e energia elétrica. Eles são definidos pela referida lei como "instrumentos registrados sob a forma escritural, para fins de comprovação da meta individual do distribuidor de combustíveis".

Os produtores e importadores de biocombustíveis habilitados no programa pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) são considerados os emissores primários, os quais podem realizar a geração e venda dos CBIOS em mercados organizados, inclusive em leilões. As distribuidoras de combustíveis fósseis, por sua vez, são obrigadas a adquirir esses CBIOS para fins de atingir as metas compulsórias estabelecidas pela Lei nº 13.576/2017.

Apesar de a venda dos CBIOS gerar uma receita para essas agroindústrias, tal receita não decorre da comercialização de sua produção. Por essa razão, a venda de CBIOS encontra-se fora do âmbito de incidência das contribuições devidas pela agroindústria, que de acordo com o artigo 22-A da Lei nº 8.212/1991 incide sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção.

Os CBIOS não se encaixam no conceito de "produção" da empresa. A legislação que instituiu o Renovabio os trata como documentos comprobatórios da meta de redução de gases efeito estufa no âmbito do mercado

de carbono do Renovabio. Não se confundem com a produção e, conseqüentemente, a receita decorrente de sua venda não pode ser enquadrada no âmbito da tributação pelas contribuições tratadas nesse artigo, restrito à "comercialização da produção".

E muito embora seja expressa a exclusão da base legal de incidência das contribuições, o Decreto nº 3.048/199 (Regulamento da **Previdência Social**) estabelece alargamento da base de incidência da contribuição. De acordo com o artigo 201-A, a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas agroindústrias se dá sobre o valor total da receita proveniente da produção própria e de terceiro, industrializada ou não.

O artigo 201-B do mencionado ato normativo estabelece, ainda, que a incidência se dá também sobre as receitas de outras atividades que não a comercialização da produção.

Em nosso entender, contudo, o alargamento da base de cálculo pelos atos normativos infralegais não é capaz de autorizar a incidência das contribuições em questão sobre a venda de CBIO, diante da aplicação do princípio da legalidade em matéria tributária (artigos 150, I, da CF e 97 do CTN).

Apesar de não possuir um entendimento específico sobre o tema da inclusão da receita de venda dos CBIOS, a **Receita Federal** já se manifestou na Solução de Consulta Cosit nº 34/2016 acerca da incidência das contribuições previdenciárias devidas pela agroindústria, afirmando a incidência sobre a receita de qualquer atividade - o que abrangeria, em tese, a venda de CBIOS.

A jurisprudência judicial também não analisou, até o momento, a incidência de contribuições sobre a venda de CBIOS. Há, contudo, manifestações a respeito da extensão da incidência dessas contribuições sobre outras atividades econômicas desenvolvidas pelas agroindústrias que não se amoldam bem ao conceito de "produção".

Historicamente, o **Carf** tem afastado a aplicação da Instrução Normativa nº 2110/2022 nos casos em que adultera a hipótese de incidência prevista no artigo 22-A da Lei nº 8.212/1991, como nos casos em que definiu o conceito de "atividade autônoma" para fins de



não incidência da contribuição previdenciária substitutiva. Contudo, ao analisar a obrigação de incluir todas as receitas (exceto as de serviços) na base de cálculo da contribuição previdenciária substitutiva, o **Carf** não tem afastado a aplicabilidade do artigo 201-B do Regulamento da **Previdência Social** e mantém a tributação integral.

Portanto, apesar de haver manifestações contrárias aos aspectos fundamentais da tese, fato é que não há até o momento jurisprudência consolidada a respeito da extensão possível da base de cálculo da contribuição substitutiva da agroindústria, tampouco sobre a possibilidade de a venda de CBIOS estar contida nesse conceito.

É possível discutir se os produtores de biocombustíveis que realizarem a venda de CBIOS e auferirem, assim, uma receita decorrente dessa venda, deverão submetê-la à incidência da contribuição previdenciária substitutiva prevista no artigo 22-A da Lei 8.212/1991, tendo em vista que esse dispositivo estabelece a incidência sobre a receita bruta decorrente da comercialização da produção, sem que o dispositivo legal deixe qualquer margem para interpretação distinta desta.

Como a venda de CBIOS não pode ser equiparada à comercialização da produção da agroindústria - trata-se de venda de direitos de emissão de gás efeito estufa, não podendo ser confundida com a produção rural -, ela estará fora do âmbito de incidência da contribuição previdenciária devida pela agroindústria por aplicação clara e expressa do texto legal. Desse modo, entendemos que o amadurecimento da discussão nas esferas administrativa e judicial deverá levar ao reconhecimento da ilegalidade do regulamento da **Previdência Social** em seus artigos 201-A e 201-B, com o consequente reconhecimento da impossibilidade de incidência de contribuições previdenciárias de que trata o artigo 22-A da Lei nº 8.212/1991 sobre a receita da venda dos CBIOS pelos produtores de biocombustíveis.

Viviane Strachicini e Pedro Bini são advogados no escritório Schneider Pugliese

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

**Site:** <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/nao-incidencia-de-contribuicao-previdenciaria-sobre-cbios.ghtml>

# Rombo chega a R\$ 60,9 bi em maio

» **HOSANA HESSEL**

O Tesouro Nacional divulgou, ontem, um rombo fiscal de R\$ 60,9 bilhões nas contas do governo central, em maio, resultado do descompasso entre o aumento das despesas, de 14%, em termos reais (descontada a **inflação**), no mês passado, e a receita líquida, que aumentou 9%, na mesma base de comparação.

Conforme dados apresentados aos jornalistas pelo secretário do Tesouro, Rogério Ceron, o saldo foi o pior desempenho em termos reais para o mês desde 2020.

No acumulado em 12 meses até maio, o déficit primário do governo central segue muito acima da meta fiscal, pois o saldo negativo chegou a R\$ 268,4 bilhões, o equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**), a preços corrigidos pela **inflação**.

Esse dado está bem distante da promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de zerar déficit das contas públicas.

Após a mudança da meta, a previsão de saldo negativo permite um rombo fiscal de até R\$ 27,5 bilhões. Essa marca, contudo já foi superada de janeiro a maio, ao somar um déficit de R\$ 30 bilhões, e, portanto, o sinal de alerta está aceso e, por isso, tanto o mercado quanto o Banco Central estão atentos com a piora visível das contas públicas.

O governo central engloba o Tesouro, o Banco Central e a **Previdência Social** e, esta última, apresentou, sozinha, um déficit maior do que o total, de R\$ 61 bilhões, apenas no quinto mês do ano. E, no acumulado de janeiro a maio, esse rombo somou R\$ 153,3 bilhões - aumento real de 29,9% em relação ao mesmo período de 2023.

Os benefícios previdenciários seguem sendo as maiores despesas obrigatórias das contas do governo federal, mesmo após a reforma da Previdência, em 2019.

E, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dando sinais de que pretende continuar gastando muito mais do que a arrecada - o que só aumenta o endividamento público se não houver revisão de gastos - será difícil conseguir reequilibrar as contas públicas. Analistas do mercado são unânimes em afirmar que a questão fiscal é um dos principais motivos para que o fim do ciclo de corte da taxa básica

da economia (Selic). Está visível que, mesmo com receitas extraordinárias turbinando a arrecadação, que bateu novo recorde em maio, o governo federal não consegue recursos suficientes para fazer frente às despesas que não param de crescer.

Gastos Apesar do ceticismo do mercado financeiro, Ceron reafirmou que a meta fiscal de 2024 está mantida, acrescentando que não há discussão em torno da mudança da meta. "A distância entre o que mercado espera e nossas projeções no bimestral para o resultado primário vem se encurtando", afirmou o secretário.

Ao comentar as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre gastos públicos, o secretário afirmou que foram posições já conhecidas e informou que a a Junta de Execução Orçamentária - composta pelos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Gestão - está levantando o diagnóstico das contas públicas para apresentar a Lula. "Não vi nas falas do presidente novidade em relação ao que já era público. Estamos no estágio de diagnóstico", afirmou o secretário.

Ceron sustentou que as regras previstas no arcabouço fiscal serão cumpridas. "No início do ano passado, em vários momentos, falaram que medidas de receita não seriam aprovadas, não gerariam impacto, e no fim hoje estamos vendo que todo o conjunto de ações estão funcionando. É inegável que receitas estão recuperando de forma saudável, mostrando que tínhamos razão. Agora surge outro elemento de dúvida sobre a dinâmica das despesas, que também, com serenidade, vamos mostrando que elas vão ser cumpridas e vão manter dinâmica que permitam o cumprimento das regras pactuadas com a sociedade", declarou.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6118/27-06-2024.html?all=1>

# Governo tem déficit de R\$ 60,9 bi em maio

**FERNANDA TRISOTTO AMANDA PUPO BRÁSILIA**

As contas do chamado governo central registraram déficit primário em maio. A diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 60,98 bilhões, invertendo o superávit de R\$ 11,082 bilhões de abril. O resultado, que considera as contas do Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central, foi o pior em termos reais para o mês desde 2020, durante a pandemia.

É também o segundo pior déficit da série histórica do Tesouro, iniciada em 1997. Em maio de 2023, o resultado havia sido negativo em R\$ 45,014 bilhões, em valores nominais.

O resultado fiscal do mês passado ficou quase em linha com a expectativa do mercado financeiro, cuja mediana apontava para um déficit de R\$ 58,10 bilhões, conforme levantamento do Projeções Broadcast.

No acumulado do ano até maio, o Governo Central acumula déficit de R\$ 29,9 bilhões, o pior resultado desde 2020.

Em igual período do ano passado, esse indicador era positivo em R\$ 1,83 bilhão, em termos nominais.

Em 12 meses até maio, o Governo Central apresenta déficit de R\$ 268,4 bilhões, equivalente a 2,36% do **PIB**.

Apesar dos números de maio e do ceticismo do mercado, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse ontem que a meta fiscal de déficit zero em 2024 está mantida e é "viável", e que não há qualquer discussão para sua alteração.

Ele também defendeu que nunca houve por parte do governo omissão na adoção de medidas que garantam o atingimento do alvo fiscal. "A distância entre o que o mercado espera e nossas projeções no (relatório) bimestral para o resultado primário vem se encurtando", disse Ceron, argumentando também que o importante é garantir que o resultado ao fim do ano se insira dentro da banda admitida pelo arcabouço fiscal.

**CONTINGENCIAMENTO.** Em maio, as receitas do governo tiveram aumento real de 8,3% em relação a igual mês de 2023. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, houve avanço real de 8,5% nas

receitas. Já as despesas subiram 14% em maio, já descontada a **inflação** e, no acumulado em cinco meses, a alta foi de 13%.

De acordo com Ceron, a equipe econômica está em processo de revisão da avaliação das despesas e receitas, que sairá no próximo relatório bimestral em julho, e garantiu que, se os números apontarem para alguma necessidade de contingenciamento, isso será feito.

"A discussão sobre contingenciamento deve ser objetiva e serena", disse, ponderando que não vê "grandes elementos" que indiquem uma mudança relevante nas estimativas de receita e que "macroelementos" estão sendo observados.

Alvo Apesar do resultado negativo, secretário do Tesouro diz que meta de déficit zero não muda

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Contas do governo têm rombo de R\$ 61 bi em maio

**BERNARDO LIMA** [bemardo.lima@bsboglobo.com.br](mailto:bemardo.lima@bsboglobo.com.br)  
BRASÍLIA

Ceron, a meta está mantida.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

As contas do governo federal ficaram no vermelho em maio: houve déficit primário (despesas maiores que receitas, sem contar os gastos com juros) de R\$ 60,983 bilhões, mostram dados do Ministério da Fazenda divulgados ontem. É o segundo pior resultado para o mês desde 2020, quando, no auge da crise causada pela Covid-19, o rombo ficou em R\$ 165,1 bilhões, em valores já corrigidos pela inflação.

O resultado representa uma piora em relação a maio do ano passado, quando foi registrado um superávit de R\$ 1,83 bilhão nas contas do governo.

Apesar do recorde na arrecadação de impostos até maio, superando R\$ 1 trilhão, os gastos subiram mais que as receitas do governo. De acordo com o Ministério da Fazenda, descontada a inflação, houve um crescimento de 14% das despesas em maio, enquanto a receita líquida aumentou 9%.

Segundo o Tesouro Nacional, o aumento nas despesas foi puxado pelo crescimento de R\$ 24,4 bilhões nos pagamentos de benefícios previdenciários. A alta se deveu à diferença nos calendários de pagamentos do 13- salário da Previdência Social, ao aumento de beneficiários e à política de valorização do salário mínimo, referência para o valor mínimo dos benefícios.

Para o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o governo quer equilibrar as demandas sociais com responsabilidade fiscal: - Sempre foi claro pela equipe econômica que não é uma política fiscal buscando um Estado mínimo, mas uma política que vai equilibrar as demandas sociais com responsabilidade fiscal, com equilíbrio macroeconômico. Chavão de corte de gastos atrapalha muitas vezes um debate sereno de olhar a dinâmica das despesas. É importante que elas tenham um horizonte sustentável.

Apesar do mau resultado em maio, no acumulado dos cinco primeiros meses do ano, as contas do governo estão no azul, com superávit primário de R\$ 29,99 bilhões. A meta do governo é um saldo zero neste ano. Pelas regras do novo arcabouço fiscal, o resultado pode oscilar dentro de uma banda de 0,25% do PIB para cima ou para baixo. De acordo com

# Só um quinto dos imigrantes consegue emprego formal no país

**Marsílea Gombata De São Paulo**

O venezuelano Andrés Meneses Camacho já perdeu a conta de quantos "nãos" recebeu desde que chegou ao Brasil, há três anos. A busca por um emprego com carteira assinada não vingou. Para ajudar a manter a casa onde vive com a mãe e o sobrinho em São Paulo, trabalha em uma fábrica de cintos no qual ganha R\$ 61 por uma jornada que pode se estender por até 13 horas.

"Busquei muitos trabalhos CLT, mas não encontrei. Fui a várias entrevistas, participei de processos seletivos. E não consegui. Mandei mil currículos por sites de recrutamento, correio, mas nada", conta. "Tomei até um golpe por isso." Uma pessoa se passando pelo RH de uma empresa pediu para ele pegar R\$ 150 por um curso de atualização antes de começar o suposto novo emprego. Assim que fez a transferência, o interlocutor sumiu.

"Tudo isso é muito cansativo. Por isso, prefiro trabalhar com essa atividade do que fazer nada", diz.

Meneses é parte da imensa maioria de imigrantes e solicitantes de reconhecimento da situação de refugiado que chegam ao Brasil e não conseguem inserção no mercado formal. Segundo dados oficiais compilados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) para o Valor, o número de imigrantes e solicitantes de refúgio no mercado formal cresceu no último ano, mas corresponde a menos de um quinto dessa população no Brasil.

Apesar da forte expansão do mercado de trabalho desde o ano passado, a proporção de imigrantes com carteira assinada não vem acompanhando o aumento de imigrantes que chegam aqui.

Enquanto o estoque total de imigrantes e solicitantes de refúgio em idade para trabalhar (de 15 a 64 anos) cresceu 113% nos últimos cinco anos, passando de 697.510 em 2018 para 1,48 milhão em 2023, o total de pessoas desses grupos no mercado de trabalho formal foi de 136.329 para 271.607, alta de 99%, segundo números da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do MTE, refletem o

dinamismo atual do emprego com carteira assinada também para quem vem de fora: o saldo de criação de vagas ocupadas por imigrantes e solicitantes de refúgio foi de 13.095 em 2018 para 35.886 em 2022 e 47.210 no ano passado.

Mas a alta das vagas formais tem sido mais lenta que o crescimento da população imigrante que busca trabalho aqui.

Proporcionalmente, hoje há menos imigrantes e refugiados no mercado formal do que havia cinco anos atrás. O percentual de indivíduos desses grupos em empregos CLT caiu de 19,5% em 2018 para 16,7% em 2021, segundo números da Rais. Em 2022, essa taxa se recuperou e atingiu 17,3%. No ano passado, chegou a 18,3%.

As estatísticas relativas a imigrantes e refugiados são da Polícia Federal e da Coordenação Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Mas se tratam de estimativas, ressalta o OBMigra, uma vez que nelas não está discriminado quantos reemigraram para outro país ou morreram.

Dentre os imigrantes que chegam ao Brasil, aqueles em idade para trabalhar são a maioria, ainda que estejam diminuindo.

Em 2018, foram registrados novos 190.375 imigrantes e solicitantes de refúgio no Brasil. Desses, 159.898, ou 84%, tinham entre 15 e 64 anos. Em 2020, esse percentual caiu para 80,8%, e, em 2023, para 75,4%.

Essa redução é explicada pelo aumento do número de menores de 15 anos que têm migrado para o Brasil. Nos últimos anos cresceu o total de mulheres que vêm com filhos crianças, em uma mudança de perfil da migração ao Brasil, antes composta majoritariamente por homens que chegavam sozinhos e traziam mulher e filhos em um segundo momento.

A queda da proporção de imigrantes e refugiados em idade ativa no mercado formal deve-se à falta de políticas para a migração legal no Brasil, afirma Tadeu Oliveira, coordenador de estatística do OBMigra. "Olhando a série histórica, vemos que a inserção dos imigrantes no setor formal cresce, mas ainda falta muito. Quando falamos em migração legal e segura, nos referimos à migração que vai desde o



deslocamento dessas pessoas até a inserção na sociedade e acolhida", afirma.

"Em primeiro lugar, a pessoa não pode se arriscar atravessando selvas como Dairén, entre a Colômbia e o Panamá, ou o Mediterrâneo. Em segundo, é preciso que a situação delas no mercado de trabalho esteja regularizada. Mas a verdade é que não se tem política de inserção para esses imigrantes. O resultado disso é essas pessoas sujeitas à exploração."

Na maior parte das vezes, essas pessoas se sujeitam a trabalhos informais, quando não em situação análoga à escravidão, por pressão econômica, afirma o padre Paolo Parise, coordenador da Missão Paz, que acolhe imigrantes e refugiados em São Paulo.

"Há pessoas que se sujeitam a isso porque não encontram outra opção depois de tentar ingressar no mercado formal e acabam lavando prato, fazendo limpeza em restaurante, descarregando caminhões ou qualquer outra atividade sem vínculo formal para se sustentar", diz.

"Outros encontram trabalho registrado, mas como o salário é muito baixo acabam preferindo trabalhar de maneira informal para ter mais dinheiro em mãos e, quem sabe, conseguir enviar algo para a família, mesmo que não tenham direitos trabalhistas."

Para Parise, a baixa proporção de imigrantes no mercado de trabalho formal deve-se à vulnerabilidade dessas pessoas. "Os imigrantes são mais suscetíveis, e isso é um fenômeno mundial, o Brasil não escapa disso", diz. "Tanto que a primeira coisa que aprendem quando chegam à Casa do Imigrantes [residência de acolhida da missão] é a palavra 'bico'."

Algumas nacionalidades, conta o padre, têm suas próprias redes de contato para trabalhos temporários e acabam indicando aqueles que chegam. "Teria de haver mais ações efetivas que conectem empresas que precisam de mão de obra e trabalhadores como esses", diz. "Também seria importante haver maior fiscalização para evitar exploração desses trabalhadores. Infelizmente, o governo anterior levou a um sucateamento das fiscalizações."

No caso de Meneses, os próprios empregadores não possuem CNPJ e, por isso, decidem pagar seus funcionários fora das regras trabalhistas.

"Trabalho de segunda a sábantes de refúgio que se registraram no país a partir de 2017, das 7h até 19h30,20h. Se falta, eles descontam o dia", conta.

O venezuelano de 28 anos, que deixou a cidade de Maturín, no Estado de Monáguas, para viver no Brás,

zona leste de São Paulo, recebe R\$ 5,08 por hora, totalizando uma renda mensal de R\$ 1.586, se não faltar nenhum dos 26 dias de trabalho no mês.

Quem recebe um salário mínimo (de R\$ 1.412) com carteira assinada ganha cerca de R\$ 5,09 por hora, descontando os encargos, mas conta com FGTS, **INSS**, seguro saúde e, em alguns casos, vale-transporte e vale-refeição.

"Há muitas coisas para pagar", conta, ao contabilizar o aluguel de R\$ 1.100 da quitinete onde mora, R\$ 200 de condomínio incluindo água e luz e R\$ 150 de internet.

Vive com a mãe Ida, de 58 anos, e o sobrinho Ricardo, de 18 anos, que trabalham em outra fábrica de cinto sob as mesmas condições.

Diferentemente de Andrés, o colombiano Jhon Rosero Moreno, de 45 anos, trabalhou com carteira assinada no Rio e em São Paulo, mas sentiu que não valia a pena.

"Ganhava um salário de R\$ 1.700 e entre R\$ 700 e R\$ 1.200 de serviço (que os clientes pagavam) por mês. Mas eu trabalhava cinco dias por semana, chegava morto em casa e descansava segunda-feira e terça-feira", conta sobre o trabalho que teve em um bar no Centro do Rio.

Depois de quase dois anos no Rio, decidiu vir para São Paulo, onde está há três meses. Aqui, trabalhou de maneira informal em um restaurante mexicano.

"Eram R\$ 1.700 para trabalhar de segunda a sábado, mas fazendo turnos extras sexta-feira e sábado. Essa pessoa me explorava, e eu não queria isso. Infelizmente, há muitos imigrantes que se tornam dono de negócios e acabam explorando outros imigrantes", conta.

E, então, ele decidiu ir por outro caminho. "Eu tinha o desejo de trabalhar de maneira autônoma. Tenho um talento, mas, se sou funcionário de alguém, não posso explorá-lo", diz. "Quero levar adiante a gastronomia de onde eu vim, explorar a comida colombiana."

Nas últimas três semanas, começou a fazer cocadas, seguindo a receita da região do Pacífico colombiano, onde fica a cidade de Quibdó, onde nasceu. Cada cocada custa R\$ 5 quando as vende na rua ou R\$ 7 em feiras dentro de condomínios.

"Perto da estação Vergueiro do metrô, vendi R\$ 280 das 13h às 17h. No condomínio que outro dia trabalhei no Ipiranga, vendi R\$ 300 entre 17h e 21h, o que mais que compensou a taxa de R\$ 60 que tive de pagar

para participar da feira ali", conta.

"Aqui há muita exploração dos imigrantes. Mas não saí do meu país para ganhar o mesmo e viver nas mesmas condições [em que vivia]."

No mês passado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou a Estratégia Regional sobre Migração Laboral e Mobilidade Humana na América Latina e no Caribe 2023-2030. O pacto busca melhorar os sistemas públicos de proteção social e as políticas para a inclusão de trabalhadores e trabalhadoras migrantes e refugiados, além de fomentar a qualificação profissional e medidas para os governos aproveitarem a mão de obra migrante para o desenvolvimento econômico. Para a elaboração do pacto, foram consultados governos e sindicatos de 37 países.

Dados da OIT mostram que há 5,9 milhões de trabalhadores e trabalhadoras migrantes na América Latina e Caribe, sendo 40% mulheres, porcentagem que tem aumentado nos últimos anos. Dos 313,4 milhões de trabalhadores e trabalhadoras da região, 1,9% são migrantes.

"Queremos ter uma agenda comum para abordar os desafios da migração laboral e, ao mesmo tempo, maximizar seu potencial", afirma Francesco Carella, especialista regional em migração laboral do escritório da OIT para América Latina e Caribe, em Lima.

"A OIT quer assegurar que sejam respeitados os direitos trabalhistas de migrantes e refugiados, que o setor privado tenha acesso à mão de obra que precisa e que os governos possam aproveitar a migração para o desenvolvimento desses países."

Na visão de Carella, o trabalho forçado é o pior dos cenários para o trabalhador que migra. A OIT estima que o trabalho forçado de trabalhadores migrantes gera lucros ilegais de US\$ 37 bilhões em todo o mundo.

"Não basta oferecer vagas, é preciso haver maior acompanhamento", afirma Parise. "Não adianta jogar esses empregados nas mãos das empresas e depois eles serem hiper explorados, mesmo que sejam formais."

"A inserção de imigrantes no setor formal cresce, mas ainda falta muito"

Tadeu Oliveira

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913?page=1&section=1)**



# Lula descarta reajuste abaixo do salário mínimo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o governo está fazendo um pente-fino nos gastos da União, mas descartou a intenção de desvincular as pensões e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC/Loas) pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) do reajuste do salário mínimo.

A desvinculação teria potencial para levar mais de 300 mil pessoas no Espírito Santo a ter reajuste abaixo do salário mínimo, conforme A Tribuna revelou na terça-feira "Não é (possível), porque não considero gasto. Salário mínimo é o mínimo que uma pessoa precisa para sobreviver. Se acho que vou resolver o problema da economia brasileira apertando o mínimo do mínimo, estou desgraçado. Não vou para o céu, ficaria no purgatório", afirmou o Presidente, sobre os benefícios previdenciários.

Ainda segundo ele, é preciso saber se o "problema" é "cortar ou aumentar a arrecadação". As declarações foram dadas ao portal Uol.

"Gasto está sendo bem feito? Acho que está. Nós estamos fazendo uma análise de onde tem gasto exagerado, que não deveria ter, onde tem pessoas que não deveriam receber e estão recebendo. E com muita tranquilidade, sem levar em conta o nervosismo do mercado, levando em conta a necessidade de você manter política de investimento", disse o Presidente.

Segundo Lula, a análise do governo considera se um possível corte de gastos no Orçamento do governo real mente é necessário.

"O problema não é que tem de cortar, o problema é saber se precisa efetivamente cortar, ou se a gente precisa aumentar a arrecadação. Temos de fazer essa discussão. O problema no Brasil é que a gente diminuiu muito a arrecadação."

O governo prepara uma série de medidas para detectar e cortar benefícios irregulares. Entre elas, o Ministério da **Previdência Social** prevê triplicar daqui até o fim do ano a economia já obtida com o pente-fino nos pagamentos de benefícios iniciado em janeiro.

O ministro Carlos Lupi já havia afirmado que a pasta poupou R\$ 750 milhões até o meio de maio. A avaliação é que seria possível obter mais R\$ 2,25 bilhões, levando o total economizado no ano a RS 3

bilhões com suspensão de benefícios por fraude ou erro.

No Espírito Santo, a estimativa é de que 16 mil beneficiários serão chamados para o "pente-fino" realizado pelo **INSS**.

"Todo mundo quer subsídio. E no aperto (culpam] o salário mínimo, o aposentado, o pescador. A gente não vai permitir isso no País "

Lula. presidente da República

"Eu não indico um presidente do Banco Central para o mercado. Indico para o Brasil. O mercado tem de se adaptar"

Lula. presidente da República

Real perde valor com declarações

RIO

Nas últimas semanas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dado declarações que foram interpretadas por analistas de que o ajuste nas contas públicas será por meio de aumento de arrecadação e não corte de despesas, levando tensão ao mercado.

Isso levou o dólar comercial a encerrar o dia ontem em alta de 1,2%, a R\$ 5,51, maior patamar desde 18 de janeiro de 2022, quando a moeda fechou em R\$ 5,55.

"No Brasil, a alta do dólar foi impulsionada pelas declarações do Presidente, que sugeriu novamente que o equilíbrio nas contas públicas pode ser alcançado por meio de **impostos**, e não de cortes de gastos", comenta Diego Costa, gerente de câmbio da B T Câmbio.

Lula voltou a criticar o Banco Central, questionou por que a taxa de juros está em 10,5% se a **inflação** em 12 meses está ao redor de 4% e disse que o mercado financeiro terá de se adaptar à sua indicação para a presidência da instituição.

"Eu não indico um presidente do BC para o mercado. Indico para o Brasil. O mercado, seja financeiro, empresarial ou produtivo, tem de se adaptar a isso. Temos em mente que o Brasil vá bem."

DÓLARES: maior valor desde 2022

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) minimizou ontem a reação negativa do mercado financeiro aos seus questionamentos sobre cortes de gastos públicos. Disse que o governo perseguirá a meta de **inflação** e que está disposto a reduzir a tensão no País, mas sem abrir mão de receitas.

"Por quê? Teve reação? Não teve reação, deve ter gostado. Mas quem votou em mim (no mercado financeiro), pode continuar votando", disse, após a entrevista ao Uol, ao ser questionado sobre o dólar.

Lula afirmou ainda que o governo trabalhará para perseguir a meta contínua de **inflação** de 3%, definida ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CNM). O intervalo de tolerância foi mantido em 1,5 ponto percentual e a margem continuará de 1,5% a 4,5%.

O governo publicou ontem o decreto que estabelece a meta contínua de **inflação**. "Não é a primeira vez que a gente discute meta de **inflação**, é numero a ser perseguido. Vamos trabalhar para levar a **inflação** para a meta, com 1,5% a mais ou a menos", disse o Presidente.

Sobre a solução para compensar

a manutenção da desoneração para 17 setores da economia em 2024, Lula disse que o governo discute as propostas apresentadas pelo Senado a equipe econômica.

"Estamos dispostos a fazer alguma coisa para que o País não fique tensionado. Não queremos atrapalhar ninguém. Mas o governo não pode só ficar abrindo mão de receita. Todo mundo quer subsídio. E aí, na hora que dá um aperto qualquer, (as pessoas culpam) o salário mínimo, o aposentado, o pescador. Não é verdade. A gente não vai permitir que Isso aconteça no Brasil."

Reação do mercado é minimizada

# Contas têm 2º pior maio, mas Haddad garante ano de melhora

BRASÍLIA

O pagamento do 13º aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e as despesas extras para enfrentar a calamidade no Rio Grande do Sul levaram as contas do governo central a acumularem déficit de R\$ 61 bilhões em maio, informou o Tesouro Nacional.

Trata-se do segundo pior resultado para o mês na série histórica, iniciada em 1997. Um resultado pior só foi observado em 2020, quando a União precisou abrir os cofres públicos para enfrentar a pandemia de covid-19 e registrou um rombo de R\$ 165,1 bilhões, em cifras atualizadas.

As contas do governo central incluem Tesouro, Banco Central e **Previdência Social**. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que os resultados econômicos alcançados pelo atual governo levarão as contas públicas a ter o melhor desempenho em 10 anos.

Ele criticou os movimentos especulativos no mercado financeiro brasileiro nos últimos meses.

"Não têm consistência essas projeções (do mercado). Vamos soltar o relatório fiscal do primeiro semestre em 22 de julho. E o terceiro bimestre do ano que vai trazer números completamente consistentes com as projeções da Secretaria de Política Econômica. Com o trabalho que está sendo entregue, possivelmente, em 2024, vamos ter o melhor resultado fiscal dos últimos 10 anos", disse.

Haddad ressaltou que a **inflação** em trajetória descendente. Sobre o resultado fiscal, Haddad repetiu que a maior parte do déficit público acumulado desde o início do governo decorre do reconhecimento de dívidas de governos anteriores e do pagamento de calotes, como o dos precatórios.

"Antigamente, falava em pedalada era considerado crime, agora não é mais. Houve (no governo anterior) uma pedalada da Previdência, dos benefícios sociais, dos precatórios, do calote nos governadores. Nós não estamos fazendo superávit dando calote em ninguém. Nós estamos ajustando as contas com a maior transparência possível. Tudo está sendo contabilizado na forma da lei", destacou.

O ministro negou rivalidade com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. As informações são da Agência Brasil.

HADDAD criticou previsões ruins

# INSS deverá coibir descontos irregulares em benefícios

(Ana Beatriz Garcia/Folhapress) %

- O Tribunal de Contas da União (TCU) deu prazo de 90 dias para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) adotar ações que possam coibir fraudes nos descontos feitos nos benefícios de aposentados e pensionistas por sindicatos, associações e demais instituições.

Em julgamento em 5 de junho os ministros exigiram alterações na forma como o órgão permite a autorização de cobrança de mensalidades e parcelas de empréstimos consignados.

As medidas já haviam sido estabelecidas em normativa do instituto de maio deste ano após aumento de reclamações e denúncias.

Pela decisão, o **INSS** e a Empresa de Tecnologia e Informações da **Previdência Social** (Dataprev) devem implementar o uso de biometria ou assinatura eletrônica nos sistemas da Previdência, o que já está previsto.

Além disso, o instituto adotou o bloqueio automático do benefício contra descontos logo após a concessão da renda previdenciária.

Para tomar empréstimo ou se associar a sindicato, por exemplo, o segurado deverá fazer o desbloqueio.

Para o TCU, no entanto, essa regra também precisa ser endurecida. Em vez de fazer o desbloqueio do benefício para qualquer tipo de desconto, o segurado deverá realizar essa operação por entidade, ou seja, cada vez que quiser tomar um empréstimo ou se sindicalizar a uma nova associação.

A medida visa aumentar a proteção contra fraudes e se aplicará à contratação de empréstimo na folha de pagamento dos benefícios, à filiação de beneficiários a associações de classe e aos descontos relativos a mensalidades de associação sindical.

O processo teve início após aumento acentuado nas reclamações por cobrança indevida de descontos referentes a mensalidades associativas, segundo dados do **INSS** analisados pela equipe técnica do tribunal.

Na denúncia levada ao TCU, dados apontavam associações que não tinham associados em dezembro de 2021 e que, em dezembro de 2023, contavam com mais de 340 mil membros. Em outro caso, a associação aumentou o número de participantes de três para 600 mil em dois anos.

O relator do acórdão, ministro Aroldo Cedraz, apontou em seu voto a necessidade de revisão dos acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre o **INSS** e as associações.

Os chamados ACTs preveem penalidades para as associações quando verificadas irregularidades. Uma das possibilidades de punição é a rescisão unilateral do acordo.

Cedraz afirmou que a revisão seria ainda mais essencial em casos "mais escabrosos", citando algumas associações, inclusive o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), que já adota medidas contra fraudes.

Erro - Procurada pela reportagem, a assessoria do sindicato diz acreditar que se trata de erro, pois a entidade teve um dos menores percentuais de reclamações de associados no portal Reclame Aqui relativos aos descontos indevidos, segundo o próprio TCU.

A entidade afirma ser incorreto seu uso como exemplo de associação com problemas nos descontos. "O Sindnapi utiliza sistema de associação com identificação facial, a exemplo do que determina o TCU, há muito tempo", afirmou.

Segundo nota enviada à reportagem, a entidade também contratou auditoria externa para averiguar seu quadro associativo.

O **INSS** afirmou que as determinações do tribunal se baseiam integralmente na instrução normativa publicada pelo instituto em março, tendo somente estabelecido prazo mais curto para a mudança dos protocolos de filiação e cobrança de mensalidade das associações.

Em relação aos sistemas de biometria, assinatura eletrônica avançada e de bloqueio prévio para novos descontos, o **INSS** afirmou que se trata de

competência do Dataprev.

Procurada, a Dataprev afirma que está desenvolvendo as funcionalidades de biometria e assinatura eletrônica avançada, que deverão ser disponibilizadas no sistema do **INSS** em setembro deste ano.

# Alerta sobre o 'golpe do BPC'

Criminosos estão dando golpes em idosos usando o Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas) como isca. Segundo o alerta emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), responsável pelo pagamento, os golpistas enviam mensagens via SMS ou WhatsApp dizendo que as vítimas têm direito de receber o benefício, mas cobram mais de R\$ 400 pela suposta liberação dos valores.

O auxílio - no valor de um salário mínimo (R\$ 1.412) - é pago mensalmente pelo **INSS** a pessoas com deficiência (de qualquer idade) e a idosos a partir de 65 anos em situação de vulnerabilidade social. Para ter direito, nos dois casos, é preciso comprovar renda familiar per capita de até R\$ 353 por mês e estar inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

**COMO OS CRIMINOSOS AGEM** De acordo com o governo, a denúncia partiu de um servidor da **Previdência Social** da cidade de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense.

Ele se deparou com um intermediário que deu entrada no BPC/Loas de um idoso e se cadastrou como seu procurador.

No caso do auxílio pago a idosos de baixa renda, o benefício é concedido de forma administrativa, ou seja, basta que a pessoa esteja inscrita no CadÚnico e tenha 65 anos ou mais.

O caso só foi descoberto porque o idoso vítima do golpe esteve na agência do **INSS** do município. Durante o atendimento, ele informou que havia recebido mensagens com informações referentes à liberação do BPC. Ao buscar pelo cadastro do idoso nos sistemas, o servidor encontrou vários procuradores cadastrados no mesmo pedido do benefício.

"Pelo cadastro desse segurado no CNIS foi identificado o registro de um e-mail e um número de telefone que o próprio segurado não reconhecia", afirmou o servidor, cujo nome não foi revelado.

Ainda de acordo com o **INSS**, o caso foi encaminhado à Polícia Federal. Na mensagem enviada ao segurado, o intermediário marcava dia, hora e local para o recebimento do benefício. O texto dos golpistas começa assim (as informações pessoais foram preservadas): "Prezado(a) FULANO DE TAL, tudo bem? Sou SICRANO representante do financeiro da

NOME DA EMPRESA.

O seu benefício está liberado para recebimento no dia (02.07.2024 às 09:30)".

Logo em seguida, os criminosos enviam para a vítima uma lista com os "documentos necessários", seguida do endereço de um banco.

Confira, ao lado, dicas de como se proteger.

**VEJA DICAS PARA ESCAPAR DA ARMADILHA**

**CASO VAI À PF**

Denúncia partiu de servidor de Campos, que percebeu a irregularidade

**INSS NÃO USA TERCEIROS**

O **INSS** nunca entra em contato direto com a pessoa para solicitar dados nem pede o envio de fotos de documentos por e-mail, WhatsApp ou outros meios de mensagens.

**CONFIE APENAS NO SITE OFICIAL**

O canal digital oficial para envio de documentos é o Meu **INSS** (site gov.br/meuinss ou aplicativo para celular). O segurado jamais deve enviar documentos por e-mail.

**NÃO CLIQUE EM LINKS** O número do SMS usado pelo **INSS** para informar os cidadãos é 280-41. O **INSS** nunca manda links, apenas informa sobre o andamento dos processos no Meu **INSS**.

**BIOMETRIA EXCLUSIVA**

A biometria facial é feita exclusivamente pelo aplicativo Gov.br.

**MEU INSS OU TELEFONE**

Sempre que o **INSS** chama um beneficiário para apresentar documentos que estão pendentes, essa convocação fica registrada no Meu **INSS** e também pode ser verificada através do telefone 135.

**CANAIS OFICIAIS**

A pessoa deve utilizar apenas os canais oficiais de atendimento para cumprir qualquer solicitação do

**INSS**, seja para agendar um serviço, por exemplo, ou para entregar algum documento: aplicativo/site Meu **INSS** ou agência da **Previdência Social** (com agendamento).

#### CONFIRMAÇÃO

Quando alguém liga para o telefone 135, o atendente pode pedir algumas informações. Esse é um procedimento de segurança para confirmar a identidade de quem telefonou.

#### DADOS SEMPRE ATUALIZADOS

Mantenham seus dados de contato atualizados, como telefone, e-mail e endereço. Isso deve ser feito pelo Meu **INSS** ou pelo telefone 135.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>



# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 9

**Publicado em 27/06/2024 - 07:02**  
**Agência Brasil - Brasília**

**Por**

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (27) a parcela de junho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 9.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 683,75. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,84 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,23 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 170 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas.

O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, outras 200 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,58 milhões de famílias estão na regra de proteção em junho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,54.

## Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 9. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-9>

# Prorrogação automática do auxílio-doença do INSS vai até 30 de junho; saiba como pedir (inss)

A possibilidade de pedir prorrogação do auxílio-doença do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) de forma automática, sem precisar passar por perícia médica presencial, termina em 30 de junho. A solicitação é feita no aplicativo ou site Meu **INSS**, por meio do Atestmed.

A medida foi adotada em outubro de 2023, como forma de facilitar a renovação do auxílio por incapacidade temporária de quem ficou afastado e ainda não está apto a voltar ao trabalho, segundo afirmou o instituto à época.

A validade era de seis meses, com prazo final até abril, mas houve prorrogações. A perícia, neste caso, é realizada de forma online, por meio de análise de documentos, o que inclui o atestado médico.

O direito à prorrogação automática do auxílio vale para o trabalhador que fizer o pedido ao **INSS** ao menos 15 dias antes da alta prevista no atestado médico, caso ainda não esteja apto a voltar ao trabalho. É preciso, no entanto, ter passado por perícia presencial anteriormente.

A portaria de outubro estabelece ainda que a prorrogação pode ser solicitada a cada 30 dias, quantas vezes for necessária, se o trabalhador ainda estiver doente.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Ao implementar a regra em 2023 o **INSS** afirmou que buscava combater fraudes e estimular a volta de segurados ao trabalho. O motivo é que, segundo especialistas, quando fica doente e não consegue vaga na perícia presencial, o cidadão fica sem trabalhar, mas

Como mostrou matéria da Folha à época, o estoque de perícias médicas no Brasil chegava a 635,8 mil em setembro daquele ano. Em maio de 2024, segundo os últimos dados disponíveis no Portal da Transparência Previdenciária, o estoque era de 376,4 mil.

Marcus Braga, diretor-adjunto de processo previdenciário do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), diz que a expectativa é de que haja uma nova prorrogação da medida.

Ele explica que a renovação automática libera força de trabalho do **INSS** para outros tipos de análises, como as perícias iniciais para o pagamento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) da pessoa com deficiência, por exemplo.

No modelo atual, de renovação automática do benefício, o trabalhador que se sentir apto pode retornar ao trabalho antes do prazo estipulado no pedido de prorrogação. Sem necessidade de passar por uma perícia presencial. A solicitação de fim do benefício ser feita por telefone, na Central 135, ou na agência do **INSS**.

No caso de a portaria não ser renovada, Braga vê duas opções. A primeira seria a volta da perícia presencial, no modelo que vigorava antes de outubro do ano passado. A segunda, seria a implementação de um outro tipo de análise documental, diferente do chamado Atestmed, hoje em curso.

O médicos peritos da Previdência, no entanto, são contrários à renovação automática do benefício por meio do Atestmed. Francisco Cardoso, vice-presidente da ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos), critica a medida e diz que a liberação de benefício sem exame pericial onera os cofres da Previdência.

"Eles optaram por um caminho de flexibilização da concessão para esvaziar a fila, e flexibilizar a concessão é tirar o perito médico do caminho, que foi a ideia do Atestmed. O que está acontecendo é o que a gente alertou desde o início, as pessoas querem continuar ganhando benefício sem passar em perícia", diz.

Ele acredita que a facilidade na prorrogação do benefício criou uma demanda artificial pelo benefício por incapacidade temporária. "Pessoas que jamais iriam pedir benefício por incapacidade passam a pedir porque o governo está falando que agora é fácil. Então

você aumenta a demanda da entrada; é uma bola de neve que já está virando uma avalanche. Nossa posição é contra a prorrogação."

[\*junho-saiba-como-pedir.shtml\*](#)

Dados do Boletim Estatístico da **Previdência Social** apontam um crescimento de 42% nos auxílios-doença concedidos no Brasil, na comparação entre março de 2023 (1,06 milhão) e março de 2024 (1,51 milhão).

Procurados, **INSS** e **Previdência Social** afirmaram que a prorrogação automática do auxílio é uma forma de priorizar a fila da perícia presencial para o pedido inicial de auxílio-doença e do BPC da pessoa com deficiência, que também exige perícia médica.

"Eventual prorrogação depende do cronograma de implantações da Dataprev, em elaboração", diz nota.

O auxílio-doença, hoje chamado de benefício por incapacidade temporária, é concedido ao trabalhador que sofre um acidente ou tem uma doença ocupacional que o deixa incapacitado temporariamente para exercer a atividade profissional.

O benefício pode ser comum ou acidentário, quando o motivo do afastamento está ligado a doença do trabalho ou acidente do trabalho. Neste caso, o cidadão fica afastado recebendo o benefício, e também tem direito aos depósitos mensais do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), além de estabilidade ao voltar para a empresa.

Para receber o benefício, é preciso ser segurado do **INSS**, ou seja, estar em dia com o pagamento das contribuições ou

É o sistema do **INSS** no qual o segurado doente que necessita do auxílio por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, envia o atestado médico para conseguir o benefício. O atendimento à demanda é feito totalmente online, pelo aplicativo ou site **Meu INSS**

O atestado médico ou odontológico deve ser em papel sem rasuras, e conter as seguintes informações:

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/prorroga-cao-automatica-do-auxilio-doenca-do-inss-vai-ate-30-de->

# Regras insustentáveis do INSS

*Por Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli*

Por Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

27/06/2024 05h00 Atualizado há 2 horas

Diante da percepção de que o arcabouço fiscal do ministro Haddad é insuficiente para reverter a trajetória explosiva da dívida pública, a taxa real de juros de longo prazo disparou, juntamente com os ataques de Lula ao Banco Central. O clima de impasse só será alterado quando houver uma clara percepção de que o atual déficit primário (incluindo precatórios) de 1,5% do **PIB** será transformado num superávit estrutural de 2%. Existem medidas, envolvendo eliminação de isenções tributárias injustificáveis, assim como reformulação das regras de acesso aos benefícios assistenciais, capazes de alcançar essa meta.

Segundo o TCU, as isenções fiscais atingem 5,9% do **PIB**, sendo muitas totalmente injustificáveis, extorquidas por lobbies empresariais, ao longo dos anos. Algumas, de pequeno impacto, como o diferimento de IR sobre os fundos exclusivos, foram devidamente eliminadas. Mas há outras, como os regimes especiais de tributação da pessoa jurídica - Simples e Lucro Presumido - que seguem intocadas. Bem como programas altamente regressivos que beneficiam a indústria automobilística, a de semicondutores ou a elite amazonense via ZFM.

Do lado das despesas, o eterno déficit do **INSS** poderia ser reduzido mediante mudança nas regras atuais que desestimulam a contribuição. Um trabalhador celetista que recebe exatamente um salário mínimo (SM) contribui à alíquota de 7,5% ao **INSS**. Seu empregador contribui a 20%, além de pagar outras - Salário Educação, Sistema S, Inkra, RAI e FGTS - perfazendo encargos de 35% do SM. Para conseguir manter seu emprego, o trabalhador precisa gerar 135% do SM, mas desse montante ele receberá apenas um SM, sendo 92,5% do SM no bolso, e mais 8% do SM quando receber seu FGTS parcialmente desvalorização pela **inflação**. Conclui-se que o trabalhador recebe apenas 74,4% (=100,5/135) do que produz. O resto fica com o Estado.

Se esse trabalhador fizer um acordo com seu empregador, passando a trabalhar na condição de MEI, o encargo total cairá a apenas 5% do SM. Os recursos recebidos pelo governo cairão de 25,6% do que o trabalhador produz para apenas 3,7% (=5/135). Isto sem que ocorra qualquer redução de sua

aposentadoria futura, ou de outros benefícios de risco no presente. Não surpreende que o número de MEIs esteja crescendo aceleradamente, já tendo alcançado 15,8 milhões.

A reforma da previdência de 2019 estabeleceu duas pré-condições para um trabalhador urbano poder se aposentar: ter atingido 65 anos de idade, e ter contribuído por 20 anos. O valor do benefício é calculado a partir do salário médio atualizado de contribuição (SMA). Quem só contribuiu por 20 anos recebe 60% do seu SMA. A cada ano a mais de contribuição, o benefício cresce 2%. Quem contribuiu por 35 anos, por exemplo, recebe 90% (= 60%+15x2%) do SMA.

Ocorre que ninguém recebe menos de um SM. Um trabalhador celetista que contribuiu sobre um SM por 40 anos recebe, portanto, a mesma aposentadoria que outro que tenha efetuado igual contribuição por apenas 20 anos. Contribuir por mais de 20 anos é um mau negócio.

O fato de o SM ser o piso de benefícios do **INSS** desincentiva contribuições elevadas, pois o **SM** é corrigido acima da **inflação**, enquanto as aposentadorias acima de um SM são corrigidas somente pela **inflação**. Tome-se o caso de um trabalhador que, após contribuir acima do SM por muitos anos, tenha se aposentado com benefício de 25% acima do SM. Se o aumento do SM for de 2% ao ano acima da **inflação** - número compatível com a regra atual de correção do SM pela variação do **PIB** -, apenas 11 anos após ter se aposentado o trabalhador estará recebendo o mesmo benefício de quem se aposentou recebendo o piso de apenas um SM. É muito mais negócio registrar a carteira de trabalho por somente um SM, recebendo "por fora" a diferença. Idealmente por apenas 20 anos.

Sob regime atual, não surpreende que sejam apenas 36 milhões de empregados com carteira assinada no setor privado

Mas a maior distorção está no valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma renda de um SM paga a quem chegou aos 65 anos sem renda porque nunca contribuiu ao **INSS**! O **INSS** paga benefícios a 40 milhões de pessoas, dos quais 27 milhões de exatamente um SM. Não surpreende que, sob as regras atuais, de uma população economicamente ativa de 109 milhões, os empregados com carteira assinada no setor privado sejam apenas 36 milhões.

A fim de se estimular a contribuição ao **INSS**, é preciso que haja uma discrepância significativa entre o benefício recebido por quem contribuiu por muitos anos e aquele recebido por quem pouco (ou nada) contribuiu. Não é possível implantar isso rapidamente, pois seria jurídica e politicamente inviável, mas é possível fazê-lo gradualmente. Basta se estabelecer um benefício previdenciário mínimo (BPM) inicialmente igual ao SM, mas que seria corrigido somente pela **inflação**. Pela regra atual de correção do SM, se o crescimento do **PIB** for de 2% ao ano, após 25 anos o BPM se tornaria 60% do SM, corrigindo as distorções listadas acima.

Em artigo recente, Delalibera, Ferreira e Parente<sup>1</sup> estimam que, pelas regras atuais, em 2060 o déficit previdenciário superará 10% do **PIB**. Para se equilibrar o sistema seria preciso um aumento brutal de **impostos**, ou elevação da idade mínima de aposentadoria para 72 anos. Não há caminho indolor para se corrigir o desajuste fiscal atual e futuro, mas a eliminação de isenções tributárias regressivas e injustificáveis, bem como a revisão de algumas regras que regem os programas sociais, seriam um bom começo.

1. Delalibera, B., Ferreira, P e R. Parente (2024), Social Security Reforms, Retirement and Sectoral Decisions, Ensaio Econômicos da EPGE # 842.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.

Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

**Site:** <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/regras-insustentaveis-do-inss.ghtml>



# Reforma tributária é destaque no Fórum de Lisboa

Denise Rothenburg

+

Lisboa - O XII Fórum de Lisboa movimentou a capital portuguesa esta semana, com recorde de público e temas. São 2.423 participantes presenciais e outros 535 on-line.

Representantes dos Três Poderes, juristas e especialistas debatem, desde esta quarta-feira, os avanços e recuos da globalização, tema do encontro deste ano. A pauta econômica, que na política serve para ascender ou derrotar candidatos, ganhou os holofotes, com o reforço da promessa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que levará a plenário a reforma tributária ainda na primeira quinzena de julho.

Líderes do Centrão que se reuniram com Lira em Portugal consideram que o Congresso não tem para onde correr: há um consenso de que esse é o tema que permitirá ao parlamentar alagoano deixar o seu legado na Casa e escapar de assuntos polêmicos, como aborto e drogas, que acirram a polarização. Nos corredores, também repercutiu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal. Foi um entendimento muito racional, de apenas separar o traficante do usuário e afirmar que usuário pode cometer infração administrativa, mas não crime", disse o ministro Gilmar Mendes, decano da Corte.

Após participar da abertura do evento ao lado de Gilmar Mendes, Lira confirmou que recebeu, na terça-feira, relatório do grupo de trabalho da reforma tributária e que os trâmites que possibilitarão a votação em plenário até 12 de julho estão em andamento.

Já tinham quase 140 horas cronometradas de audiências, mesas bilaterais, conversas com todas as entidades, quase 30 audiências públicas, mais de 400 entidades recebidas pela comissão. Então, o debate está acontecendo diuturnamente a nível do grupo de trabalho, salientou.

Ele disse que provavelmente em 3 de julho o relatório estará pronto para análise de até 10 dias. Na segunda semana de julho, entre 10, 11 e 12, nós estaremos votando a Lei Complementar, se todos os deputados estiverem convencidos de que ela está madura para

isso, frisou.

O governo federal também deseja a aprovação da tributária para reforçar o discurso de que tudo vai bem na seara econômica e, assim, tentar tranquilizar o mercado financeiro. Lira segue na linha de reforço a esse discurso. É uma economia forte, a macroeconomia vai bem. Mas nós precisamos de alguns posicionamentos que indiquem que o Brasil vai cumprir o arcabouço fiscal, cumprir as metas, discutir alguns cortes de gastos, discutir segurança jurídica e previsibilidade, para que os reais investidores do Brasil, internacionais, que abastecem os fundos privados, possam ter condição de saber que vão investir e terão retorno, explicou.

Paralelamente à tributária, que estará em debate hoje e amanhã, entre os painéis com recorde de público no primeiro dia, tiveram destaque os dos governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e de Goiás, Ronaldo Caiado; e o do financiamento do desenvolvimento, com a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Tarcísio chamou atenção nem tanto pelo discurso sóbrio, voltado à infraestrutura, mas por ser a aposta dos conservadores para a eleição de 2026. Ao terminar o seu painel, ficou quase meia hora tirando fotos com participantes do evento.

No mesmo horário em que Tarcísio falava num auditório repleto e calorento, sem ar-condicionado, a ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial, enfatizava a necessidade de a população negra não desistir da luta, num anfiteatro com temperatura agradável, ao lado da empresária Luiza Trajano.

Quem surpreendeu o governo no Fórum de Lisboa foi o CEO do Banco XP, José Berenguer. Ele considerou os parâmetros econômicos positivos. O próprio mercado vê o quadro melhor hoje do que via no ano da eleição. As coisas no Brasil estão funcionando. O erro é comunicação, e o ruído interfere na economia real, avaliou.

Em outro painel, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tratou da agenda verde. Queremos chegar na nova indústria, na reindustrialização do Brasil. E temos um momento oportuno no G20, no Brasil, e na COP30, no ano que vem. Temos de

mostrar nossas potencialidades, nossa matriz energética, e discutir com os países industrializados, para que realmente façam os investimentos de forma mais justa, inseridos na transição energética, inclusive porque ela traz oportunidades econômicas, a chamada economia verde, destacou. Tenho a expectativa de que as energias intermitentes a curto e médio prazos possam se estabilizar e, assim, ter tranquilidade para nos dar segurança energética.

Organizador do evento, o ministro Gilmar Mendes lembrou os debates promovidos em edições anteriores, sempre com foco em temas essenciais à globalização, entre eles, governança, direitos fundamentais e mudanças tecnológicas. Temos um novo cenário internacional. Depois de uma prevalência das soluções pacíficas dos conflitos, o mundo por vias tortuosas mudou. Temos ambientes cada vez menos abertos e arejados. Seja na política, seja na economia. Assistimos atônitos a guerras que se prolongam diante de nossos olhos, disse o ministro, defendendo uma maior cooperação internacional.

Lisboa - O XII Fórum de Lisboa movimentou a capital portuguesa esta semana, com recorde de público e temas. São 2.423 participantes presenciais e outros 535 on-line.

Representantes dos Três Poderes, juristas e especialistas debatem, desde esta quarta-feira, os avanços e recuos da globalização, tema do encontro deste ano. A pauta econômica, que na política serve para ascender ou derrotar candidatos, ganhou os holofotes, com o reforço da promessa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que levará a plenário a **reforma tributária** ainda na primeira quinzena de julho.

Líderes do Centrão que se reuniram com Lira em Portugal consideram que o Congresso não tem para onde correr: há um consenso de que esse é o tema que permitirá ao parlamentar alagoano deixar o seu legado na Casa e escapar de assuntos polêmicos, como aborto e drogas, que acirram a polarização. Nos corredores, também repercutiu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal. Foi um entendimento muito racional, de apenas separar o traficante do usuário e afirmar que usuário pode cometer infração administrativa, mas não crime", disse o ministro Gilmar Mendes, decano da Corte.

Após participar da abertura do evento ao lado de Gilmar Mendes, Lira confirmou que recebeu, na terça-feira, relatório do grupo de trabalho da **reforma tributária** e que os trâmites que possibilitarão a votação em plenário até 12 de julho estão em andamento.

Já tinham quase 140 horas cronometradas de audiências, mesas bilaterais, conversas com todas as entidades, quase 30 audiências públicas, mais de 400 entidades recebidas pela comissão. Então, o debate está acontecendo diuturnamente a nível do grupo de trabalho, salientou.

Ele disse que provavelmente em 3 de julho o relatório estará pronto para análise de até 10 dias. Na segunda semana de julho, entre 10, 11 e 12, nós estaremos votando a Lei Complementar, se todos os deputados estiverem convencidos de que ela está madura para isso, frisou.

O governo federal também deseja a aprovação da tributária para reforçar o discurso de que tudo vai bem na seara econômica e, assim, tentar tranquilizar o mercado financeiro. Lira segue na linha de reforço a esse discurso. É uma economia forte, a macroeconomia vai bem. Mas nós precisamos de alguns posicionamentos que indiquem que o Brasil vai cumprir o arcabouço fiscal, cumprir as metas, discutir alguns cortes de gastos, discutir segurança jurídica e previsibilidade, para que os reais investidores do Brasil, internacionais, que abastecem os fundos privados, possam ter condição de saber que vão investir e terão retorno, explicou.

Paralelamente à tributária, que estará em debate hoje e amanhã, entre os painéis com recorde de público no primeiro dia, tiveram destaque os dos governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e de Goiás, Ronaldo Caiado; e o do financiamento do desenvolvimento, com a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Tarcísio chamou atenção nem tanto pelo discurso sóbrio, voltado à infraestrutura, mas por ser a aposta dos conservadores para a eleição de 2026. Ao terminar o seu painel, ficou quase meia hora tirando fotos com participantes do evento.

No mesmo horário em que Tarcísio falava num auditório repleto e calorento, sem ar-condicionado, a ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial, enfatizava a necessidade de a população negra não desistir da luta, num anfiteatro com temperatura agradável, ao lado da empresária Luiza Trajano.

Quem surpreendeu o governo no Fórum de Lisboa foi o CEO do Banco XP, José Berenguer. Ele considerou os parâmetros econômicos positivos. O próprio mercado vê o quadro melhor hoje do que via no ano da eleição. As coisas no Brasil estão funcionando. O erro é comunicação, e o ruído interfere na economia real, avaliou.



Em outro painel, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, tratou da agenda verde. Queremos chegar na nova indústria, na reindustrialização do Brasil. E temos um momento oportuno no G20, no Brasil, e na COP30, no ano que vem. Temos de mostrar nossas potencialidades, nossa matriz energética, e discutir com os países industrializados, para que realmente façam os investimentos de forma mais justa, inseridos na transição energética, inclusive porque ela traz oportunidades econômicas, a chamada economia verde , destacou. Tenho a expectativa de que as energias intermitentes a curto e médio prazos possam se estabilizar e, assim, ter tranquilidade para nos dar segurança energética.

Organizador do evento, o ministro Gilmar Mendes relembrou os debates promovidos em edições anteriores, sempre com foco em temas essenciais à globalização, entre eles, governança, direitos fundamentais e mudanças tecnológicas. Temos um novo cenário internacional. Depois de uma prevalência das soluções pacíficas dos conflitos, o mundo por vias tortuosas mudou. Temos ambientes cada vez menos abertos e arejados. Seja na política, seja na economia. Assistimos atônitos a guerras que se prolongam diante de nossos olhos , disse o ministro, defendendo uma maior cooperação internacional.

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/06/6886255-reforma-tributaria-e-destaque-no-forum-de-lisboa.html>**

# Arrecadação crescerá no DF

**MILA FERREIRA**

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) aprovado, na última terça-feira, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) está previsto crescimento de 6,24% na arrecadação.

Também foi projetado aumento de 5,4% no Fundo Constitucional (FCDF), proveniente da União e destinado às áreas da segurança pública, saúde e educação da capital federal.

Entre os destaques relativos à destinação do montante provido por **impostos** estão definidas novas nomeações de servidores e a realização de concursos para o preenchimento de mais de 30 mil vagas no Executivo local e 121 vagas no Legislativo. O Correio conversou com o secretário de Economia do DF, Ney Ferraz, e com deputados distritais para verificar outros usos do orçamento de 2025.

Ferraz, explicou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é um primeiro exercício. "Mas tudo isso vai depender do cenário econômico e da arrecadação. Temos trabalhado para fazer sempre mais com a mesma quantidade.

Essa é a ideia e é o que vamos materializar no texto de proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, que inclusive já estamos preparando com colaboração de toda a sociedade", disse.

A receita prevista do DF para 2025 é de R\$ 38,1 bilhões que, somada ao Fundo Constitucional (FCDF) - mais R\$ 24,5 bilhões - resulta em uma previsão orçamentária de R\$ 62,6 bilhões. O aumento da alíquota do Imposto sobre Circulação Mercadoria e Serviços (ICMS), de 18% para 20%, válido na região desde o início deste ano, deve refletir uma ampliação no recolhimento tributário.

Diretrizes O deputado distrital Gabriel Magno (PT) observou que os orçamentos das áreas de saúde e educação têm diminuído ao longo dos anos e está cada vez mais próximo dos limites mínimos constitucionais: 13,1% para ações médicas e 25% para ensino. O PLDO deste ano prevê a aplicação, nesses setores, de 13,65% e 25,32%, respectivamente.

"É meio preocupante ver as prioridades do governo. Além da diminuição do orçamento destinado à saúde e à educação, no anexo (do projeto) de metas e

prioridades não tem nenhuma para a cultura ou preocupação com o meio ambiente", lamentou o parlamentar.

"A prioridade do governo é dar continuidade às políticas públicas essenciais como, por exemplo, os restaurantes comunitários, os cartões creche e (a aquisição e entrega) de material escolar, entre outros compromissos.

Além disso, estamos garantindo o pagamento e a conclusão de obras importantes, como a dos três novos hospitais regionais. O GDF também precisa garantir os recursos para pagar os reajustes já negociados com as categorias (de servidores)", rebateu o secretário de Economia.

Emendas Neste ano, os 24 deputados distritais puderam destinar R\$ 50 milhões em emendas para carreiras públicas do DF. Com os recursos, eles acreditam ser possível apoiar reajustes para os trabalhadores do Legislativo e convocar novos aprovados em concursos. "Esta novidade é muito importante. Permite que os trabalhadores sejam valorizados e tenham respaldo parlamentar.

Ficamos muito satisfeitos", afirmou Ricardo Vale (PT).

Joaquim Roriz Neto (PL) disse que "pensando na saúde das crianças, destinei emendas para a construção de um hospital na Ceilândia e outro pediátrico em Samambaia, que vai atender Taguatinga, Ceilândia, Riacho Fundo I e II, Arniqueira, Recanto das Emas".

Função A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração do orçamento do próximo ano e define a política de pessoal a curto prazo da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal.

Instrumento de planejamento de prerrogativa do Poder Executivo, a norma interliga programas e estratégias do Plano Plurianual (PPA) com as da Lei Orçamentária Anual (LOA). No DF, a proposta da LDO recebe sugestões da população em audiência pública presencial e on-line. Depois disso, é consolidada pela área técnica e encaminhada à Câmara Legislativa.

**Site:**

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6118/27-06-2024.html?all=1>

# Presidente do Quênia recua sobre aumentar impostos

Em um recuo, o presidente do Quênia, William Ruto, anunciou ontem que não sancionaria projeto de lei proposto por ele para aumentar **impostos**, que desencadeou uma onda de protestos violentos no dia anterior.

Grupos de direitos humanos disseram que 23 pessoas morreram e mais de 300 ficaram feridas depois que a polícia usou gás lacrimogêneo e balas para responder aos manifestantes que marcharam até o Parlamento.

Algumas pessoas invadiram o Parlamento e atearam fogo no prédio horas depois que os deputados votaram para aprovar a proposta. O número de mortos torna a violência de terça-feira um dos dias mais sangrentos da história recente do país.

"Ouvindo atentamente o povo do Quênia que disse em voz alta que não quer ter nada a ver com essa proposta, não assinarei o projeto de lei de finanças de 2024, e ele será posteriormente retirado", disse Ruto em um discurso na TV ontem.

Entre os que estavam atrás dele no pronunciamento, havia parlamentares que votaram a favor do projeto, mesmo sob pressão de seus eleitores.

O anúncio foi uma mudança repentina na posição de Ruto.

Na noite de terça-feira, em outro discurso, ele chamou os manifestantes de "criminosos perigosos" e "traidores" e mobilizou os militares para se juntar à polícia na repressão aos protestos.

Em maio, o governo apresentou a lei ao Parlamento, como um esforço para aumentar as receitas e ajudar o país a lidar com a imensa dívida baseada em empréstimos. Inicialmente, o projeto de lei previa **impostos** sobre bens essenciais, como pão e óleo de cozinha, e carros, mas a reação pública fez com que os legisladores reduzissem alguns deles. No entanto, as reversões não conseguiram impedir os protestos, que cresceram nas últimas semanas.

A oposição afirma que o Quênia vive um fenômeno comum em toda a África, onde o desemprego atinge os mais jovens e a população sofre com os preços elevados, motivados em parte por reflexos da pandemia de covid-19 e pelas perturbações

comerciais causadas pela invasão russa da Ucrânia.

PROMESSA. No Quênia, um fator adicional para a população é o peso de uma enorme dívida nacional. A raiva e o ressentimento em relação ao presidente Ruto, que fez campanha com a promessa de melhorar o padrão de vida das pessoas em situação de pobreza, inflamou um eleitorado cada vez mais insatisfeito com a atual gestão.

O governo já havia aumentado os custos dos seguros de saúde e da eletricidade, o que, juntamente com os desastres naturais, levou a manifestações violentas no ano passado.

Carga pesada

Para críticos, projeto elevaria preços para consumidores que já lidam com alto custo de vida

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Comércio entre países da América Latina vai mal

*I TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL*

Seguindo um caminhão carregado com carros de fabricação brasileira enquanto desce as curvas fechadas do Paso Internacional Los Libertadores até o Chile, os desafios do comércio na América Latina ficam claros. Por quatro vezes o caminhão precisa parar enquanto os trabalhadores consertam a estrada à frente; neve, gelo e avalanches em breve destruirão a pista novamente.

A demora é tanta que os motoristas saem para fumar, olhando para os picos ao redor.

Há pelo menos um acidente por semana, avalia um funcionário da fronteira. Esta é a travessia comercial mais movimentada entre a Argentina e o Chile, mas o gelo traiçoeiro significa que, no inverno, ela opera apenas 12 horas por dia.

Durante cerca de 40 dias por ano, coberta de neve, a estrada é completamente fechada.

O comércio internacional da América Latina, medido por exportações mais importações como porcentagem do **PIB**, aumentou ao longo das duas décadas mais recentes, mas ainda fica atrás da maioria dos mercados emergentes.

Se retirarmos a superforça do México na indústria manufatureira para exportação destinada aos Estados Unidos, o quadro fica ainda pior.

Na América do Sul, o comércio de mercadorias representa menos de 30% do **PIB**. Em outros mercados emergentes, representa cerca de 50%.

Os países latino-americanos são ainda piores em se tratando do comércio entre si. A região é muito mais rica do que a África Subsaariana, mas o comércio intrarregional representa apenas 7% do **PIB** em ambos os locais. Medido de forma diferente, apenas 14% do comércio total de bens da América Latina ocorre dentro da região, o valor mais baixo do mundo.

**ENTRAVES.** O baixo comércio em geral é um problema. Os lugares mais ricos tendem a comercializar mais, e o comércio internacional tem sido um poderoso motor de desenvolvimento em todos os lugares, da Europa à Ásia.

Contudo, é discutível se o baixo comércio regional é uma preocupação.

Para além do México, o crescimento comercial da América Latina nos anos mais recentes se baseou na crescente procura chinesa por commodities como cobre, soja e lítio. Muitos governos ainda estão ansiosos por se concentrarem nesta oportunidade, em vez de fomentarem o comércio com os vizinhos.

Mas a relação tensa entre os Estados Unidos e a China representa um risco. Se as tensões envolvendo Taiwan aumentarem, por exemplo, a América Latina poderá ter dificuldades em manter relações comerciais com seus dois parceiros mais importantes.

Deixando de lado o México, as exportações para os EUA se mantiveram estáveis no ano passado. Se o nearshoring estiver em curso, mas ainda não aparecer nas estatísticas de exportação, seria de esperar um aumento do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Isso tampouco está acontecendo. Em porcentagem do **PIB**, o IDE recebido não é perceptivelmente superior à média de longo prazo na maior parte da América Latina.

Comparemos isso com o Sudeste Asiático, que também procura se beneficiar das empresas que fogem da China, onde o IDE está aumentando rapidamente.

O estímulo ao comércio intrarregional poderia proteger as economias latino-americanas da desaceleração da demanda chinesa, bem como das tensões entre as superpotências.

Também poderia ajudar a tornar a América Latina mais competitiva globalmente.

Se as peças e os produtos pudessem ser fabricados nas áreas da região onde é mais barato fazê-lo, sendo depois comercializados, combinados e vendidos, eles formariam as chamadas cadeias de valor regionais e impulsionariam as exportações. Por que, então, os países latino-americanos são tão ruins no comércio entre si?

**SEM SOFISTICAÇÃO.** Algumas razões são estruturais. "Não negociamos uns com os outros

porque queremos consumir coisas que não produzimos", diz Ricardo Hausmann, da Universidade Harvard. O baixo comércio intrarregional deve-se, em parte, à falta de produção de artigos sofisticados.

Pior ainda, os países latino-americanos produzem frequentemente as mesmas coisas: commodities.

O maior artigo de exportação do Chile é o cobre. O mesmo acontece com o Peru. Nenhum dos dois jamais venderá muito para o outro. A geografia também importa. A América do Sul abrange quase 18 milhões de quilômetros quadrados, quatro vezes o tamanho da União Europeia. A maior cordilheira do mundo e a sua maior floresta tropical tornam grande parte do continente intransitável para todos, exceto condutores e onças.

Estes fatores restringem o potencial do comércio intrarregional, mas são apenas parcialmente responsáveis pela sua pobreza. O FMI avalia que o comércio de bens na América Latina é 40% inferior ao que seria esperado quando o comparamos com outras partes do mundo com desafios econômicos e geográficos semelhantes. A semelhança das cestas de exportações desses países explica mais a diferença, mas as exportações podem mudar, e mudam ao longo do tempo.

O comércio intrarregional poderia melhorar se os governos abordassem os problemas básicos. Construir melhor infraestrutura aliviaria as dores de cabeça da geografia.

A Argentina, por exemplo, ocupa a 73.<sup>a</sup> posição no índice de desempenho logístico do Banco Mundial, uma medida da qualidade da infraestrutura física e da eficiência aduaneira.

O FMI estima que reduzir pela metade a lacuna entre a infraestrutura da América Latina e a dos países ricos poderia aumentar as exportações em 30%.

**BASE DO ACONCÁGUA.** De tempos em tempos, a ideia de cavar um vasto e longo túnel atravessando os Andes ressurgiu.

Mas isso continua sendo um sonho impossível. Enquanto isso, caminhoneiros como Ricardo Emmanuel, de 38 anos, um homem de Mendoza, na Argentina, continuam transportando mercadorias para cima e para baixo em rotas perigosas e lentas.

"Daquele lado a pista nunca é consertada", reclama ele, apontando para a estrada em direção à Argentina, do alto do Paso Internacional Los Libertadores.

Ele elogia o elegante complexo alfandegário do Chile,

situado no alto dos Andes, mas diz que os argentinos às vezes abrem apenas um dos seus muitos postos de controle, gerando uma fila de caminhões.

Por quê? "Eles não querem trabalhar!" grita ele, frustrado.

Uma melhor política comercial também ajudaria. À primeira vista, o quadro parece bom: quase 90% do comércio intrarregional já é isento de tarifas. Mas esses números são lisonjeiros e enganosos.

Há dois grandes problemas.

Primeiro, não existe um acordo comercial preferencial adequado entre o México, a segunda maior economia da região, e o Brasil e a Argentina, a maior e a terceira maior.

Em segundo lugar, grande parte do comércio livre se baseia em um emaranhado de acordos bilaterais. Isto é importante porque a maioria desses acordos obriga os produtores a utilizar matérias-primas e insumos produzidos quase exclusivamente no seu país de origem, em vez de provenientes de países terceiros, potencialmente mais baratos, da região. "Este é um enorme obstáculo à criação de cadeias de valor regionais", afirma Antoni Estevadeordal, da Universidade Georgetown. Ele avalia que essas regras equivalem a uma tarifa extra de cerca de 15%.

Alguns líderes latino-americanos simplesmente não querem um comércio mais livre.

Brasil e Argentina são os dois mercados emergentes mais protecionistas do mundo, diz Marcel Vaillant, da Universidade da República, no Uruguai. Com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, o Brasil é o maior mercado do continente, mas o protecionismo significa que, para muitas empresas na América Latina, as vendas para o país são limitadas.

A Argentina cobra atualmente um imposto de 17,5% sobre compras de moeda estrangeira para a maioria das importações, e tributa diretamente vastas áreas das suas exportações (os impostos de exportação também são populares no Casaquistão, mas são vistos como uma loucura nos países ricos). As barreiras não tarifárias são abundantes em toda a região. Os produtores chilenos de tudo, desde abacate a salmão, têm de realizar processos de vigilância sanitária separados para cada mercado para o qual exportam.

"Isso representa tempo e dinheiro", salienta Ignacio Fernández Ruiz, chefe da ProChile, a agência de promoção de exportações do país.

PROTECIONISMO. Este protecionismo também destruiu grandes esperanças para o Mercosul, a união **aduaneira** entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em vez disso, o bloco tem barreiras tarifárias elevadas para o restante do mundo e está repleto de barreiras internas. O Mercosul impulsionou brevemente o comércio entre seus membros, mas o comércio dentro do grupo não é atualmente melhor do que entre outros países da região. O comércio entre o Mercosul e o resto da América Latina é miseravelmente baixo.

A volatilidade política é outra dor de cabeça. A Aliança do Pacífico, um acordo de comércio livre entre o Chile, a Colômbia, o México e o Peru, foi lançada por quatro líderes de centro-direita em 2011. Esperava-se que fosse um modelo de como a integração regional também poderia impulsionar o comércio global. Mas a eleição de líderes de esquerda na Colômbia, no Chile e no México minou o dinamismo da organização.

O México se recusou a passar a liderança rotativa da Aliança para a presidente Dina Boluarte do Peru, alegando que a nomeação dela era ilegítima depois de ter substituído seu antecessor, envolvido em um impeachment. A Aliança do Pacífico está no seu ponto mais baixo desde que foi fundada, afirma Felipe Lopeandía, antigo negociador comercial principal do Chile, agora na Deloitte, uma empresa de consultoria.

Ainda assim, é mais fácil resolver estes problemas do que mover os Andes. E mesmo os dois impedimentos estruturais ao comércio na América Latina - a geografia e o fato de os seus países produzirem bens semelhantes - parecem diferentes da perspectiva da parte do comércio global que está se expandindo mais rapidamente: os serviços.

A Amazon não impede que consultorias equatorianas vendam seus serviços no Brasil.

Para as empresas chilenas de engenharia de minas, o fato de o Peru também produzir cobre representa uma tremenda oportunidade. O comércio intrarregional de serviços da América Latina ainda é baixo, mas o potencial é óbvio.

As exportações de serviços do Chile também são pequenas, mas, no ano passado, cresceram 51%, principalmente na América Latina. O potencial para crescer entusiasma Fernández Ruiz, que trouxe dezenas de grandes empresas de toda a América Latina para conhecer prestadores de serviços chilenos. Não é a primeira vez que a região poderá aprender com o Chile pró-comércio.

-

"Não negociamos uns com os outros porque queremos

consumir coisas que não produzimos" Ricardo Hausmann Universidade Harvard

"Este é um enorme obstáculo à criação de cadeias de valor regionais" Antoni Esteveordal Universidade Georgetown, sobre os acordos bilaterais na América Latina

Mercados ainda estão distantes Só 14% do comércio total de bens da América Latina ocorre dentro da região, o valor mais baixo do mundo

Commodities O baixo comércio intrarregional se deve, em parte, à falta de produção de artigos sofisticados

Atrás na fila FMI avalia que comércio na América Latina é 40% inferior ao que seria esperado se comparado a regiões semelhantes

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Presidente do Quênia descarta aumento de impostos após 23 mortes em protestos

O presidente do Quênia, William Ruto, declarou ontem que não vai sancionar um contestado projeto de lei para aumento de **impostos**, recuando de um plano que antes apontava como estabilizador da economia, um dia depois de manifestantes terem invadido o Parlamento na capital, Nairóbi. Segundo a Comissão Nacional do Quênia sobre Direitos Humanos, uma agência estatal, 22 pessoas morreram, incluindo 19 na capital, e outras 300 ficaram feridas depois que a polícia disparou gás lacrimogêneo e munição real contra os manifestantes.

Já a independente Comissão de Direitos Humanos Quênia-na e o Grupo de Trabalho de Reformas Policiais, uma coalizão de organizações de base, apontaram 23 mortos - um dos dias mais sangrentos na História recente do país.

- Desisto e, portanto, não vou assinar como lei o Projeto de Finanças 2024, que assim deve ser revogado -afirmou Ruto em discurso televisionado, citando apenas seis mortes e dizendo que dialogará com os jovens, que deram início aos atos na semana passada. -O povo se pronunciou.

Entre aqueles atrás de Ruto enquanto ele discursava estavam legisladores que, apenas um dia antes, haviam aprovado o projeto apesar de duras críticas de seus constituintes, que repudiaram a medida por considerar que aumentaria um custo de vida já elevado.

Os críticos também apontaram para os problemas de corrupção e malversação de fundos.

O governo havia apresentado a lei para arrecadar US\$ 2,7 bilhões de **impostos** adicionais, descrevendo a medida como necessária para pagar a enorme dívida do país, evitar o descumprimento de empréstimos e cobrir os custos das estradas, da eletrificação rural e dos subsídios agrícolas.

O recuo foi uma repentina mudança de curso para Ruto, que, em na véspera, chamou os manifestantes de "criminosos perigosos" e "traíçoeiros", convocando o Exército a se unir à polícia para reprimir as manifestações.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Regras insustentáveis do INSS (Artigo)

**Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli**

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.

Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

Diante da percepção de que o arcabouço fiscal do ministro Haddad é insuficiente para reverter a trajetória explosiva da dívida pública, a taxa real de juros de longo prazo disparou, juntamente com os ataques de Lula ao Banco Central. O clima de impasse só será alterado quando houver uma clara percepção de que o atual déficit primário (incluindo precatórios) de 1,5% do **PIB** será transformado num superávit estrutural de 2%. Existem medidas, envolvendo eliminação de isenções tributárias injustificáveis, assim como reformulação das regras de acesso aos benefícios assistenciais, capazes de alcançar essa meta.

Segundo o TCU, as isenções fiscais atingem 5,9% do **PIB**, sendo muitas totalmente injustificáveis, extorquidas por lobbies empresariais, ao longo dos anos. Algumas, de pequeno impacto, como o diferimento de IR sobre os fundos exclusivos, foram devidamente eliminadas. Mas há outras, como os regimes especiais de tributação da pessoa jurídica - Simples e Lucro Presumido - que seguem intocadas. Bem como programas altamente regressivos que beneficiam a indústria automobilística, a de semicondutores ou a elite amazonense via ZFM.

Do lado das despesas, o eterno déficit do **INSS** poderia ser reduzido mediante mudança nas regras atuais que desestimulam a contribuição. Um trabalhador celetista que recebe exatamente um salário mínimo (SM) contribui à alíquota de 7,5% ao **INSS**. Seu empregador contribui a 20%, além de pagar outras - Salário Educação, Sistema S, Incra, RAI e FGTS - perfazendo encargos de 35% do SM. Para conseguir manter seu emprego, o trabalhador precisa gerar 135% do SM, mas desse montante ele receberá apenas um SM, sendo 92,5% do SM no bolso, e mais 8% do SM quando receber seu FGTS parcialmente desvalorização pela **inflação**. Conclui-se que o trabalhador recebe apenas 74,4% (=100,5/135) do que produz. O resto fica com o Estado.

Se esse trabalhador fizer um acordo com seu empregador, passando a trabalhar na condição de MEI, o encargo total cairá a apenas 5% do SM. Os recursos recebidos pelo governo cairão de 25,6% do

que o trabalhador produz para apenas 3,7% (=5/135). Isto sem que ocorra qualquer redução de sua aposentadoria futura, ou de outros benefícios de risco no presente. Não surpreende que o número de MEIs esteja crescendo aceleradamente, já tendo alcançado 15,8 milhões.

A reforma da previdência de 2019 estabeleceu duas pré-condições para um trabalhador urbano poder se aposentar: ter atingido 65 anos de idade, e ter contribuído por 20 anos. O valor do benefício é calculado a partir do salário médio atualizado de contribuição (SMA). Quem só contribuiu por 20 anos recebe 60% do seu SMA. A cada ano a mais de contribuição, o benefício cresce 2%. Quem contribuiu por 35 anos, por exemplo, recebe 90% (= 60%+15x2%) do SMA.

Ocorre que ninguém recebe menos de um SM. Um trabalhador celetista que contribuiu sobre um SM por 40 anos recebe, portanto, a mesma aposentadoria que outro que tenha efetuado igual contribuição por apenas 20 anos. Contribuir por mais de 20 anos é um mau negócio.

O fato de o SM ser o piso de benefícios do **INSS** desincentiva contribuições elevadas, pois o **SM** é corrigido acima da **inflação**, enquanto as aposentadorias acima de um SM são corrigidas somente pela **inflação**. Tome-se o caso de um trabalhador que, após contribuir acima do SM por muitos anos, tenha se aposentado com benefício de 25% acima do SM. Se o aumento do SM for de 2% ao ano acima da **inflação** - número compatível com a regra atual de correção do SM pela variação do **PIB** -, apenas 11 anos após ter se aposentado o trabalhador estará recebendo o mesmo benefício de quem se aposentou recebendo o piso de apenas um SM. É muito mais negócio registrar a carteira de trabalho por somente um SM, recebendo "por fora" a diferença. Idealmente por apenas 20 anos.

Mas a maior distorção está no valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma renda de um SM paga a quem chegou aos 65 anos sem renda porque nunca contribuiu ao **INSS**! O **INSS** paga benefícios a 40 milhões de pessoas, dos quais 27 milhões de exatamente um SM. Não surpreende que, sob as regras atuais, de uma população economicamente ativa de 109 milhões, os empregados com carteira assinada no setor privado sejam apenas 36 milhões.

A fim de se estimular a contribuição ao **INSS**, é preciso

que haja uma discrepância significativa entre o benefício recebido por quem contribuiu por muitos anos e aquele recebido por quem pouco (ou nada) contribuiu. Não é possível implantar isso rapidamente, pois seria jurídica e politicamente inviável, mas é possível fazê-lo gradualmente. Basta se estabelecer um benefício previdenciário mínimo (BPM) inicialmente igual ao SM, mas que seria corrigido somente pela **inflação**. Pela regra atual de correção do SM, se o crescimento do **PIB** for de 2% ao ano, após 25 anos o BPM se tornaria **60%** do SM, corrigindo as distorções listadas acima.

Em artigo recente, Delalibera, Ferreira e Parente<sup>1</sup> estimam que, pelas regras atuais, em 2060 o déficit previdenciário superará 10% do **PIB**. Para se equilibrar o sistema seria preciso um aumento brutal de **impostos**, ou elevação da idade mínima de aposentadoria para 72 anos. Não há caminho indolor para se corrigir o desajuste fiscal atual e futuro, mas a eliminação de isenções tributárias regressivas e injustificáveis, bem como a revisão de algumas regras que regem os programas sociais, seriam um bom começo.

1. Delalibera, B., Ferreira, P e R. Parente (2024), Social Security Reforms, Retirement and Sectorcil Decisions, Ensaio Econômicos da EPGE # 842.

Sob regime atual, não surpreende que sejam apenas 36 milhões de empregados com carteira assinada no setor privado

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913?page=1&section=1>

# Crise de confiança no mercado se agrava e dólar sobe a R\$ 5,52

*Arthur Cagliari, Victor Rezende, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo (Colaboraram Maria Fernanda Salinet e Augusto Decker)*

Os mercados deram mais demonstrações de preocupação e pessimismo com a condução da política fiscal e, a partir de novas declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre aumento de arrecadação e ceticismo com contenção de despesas, o dólar furou os R\$ 5,50 e saltou ao maior nível desde janeiro de 2022. A sensação de que não há limite para o mau humor dos agentes de mercado se intensificou na sessão de ontem, em um dia amplamente negativo para os ativos financeiros da América Latina, afetados em cheio por uma crise de confiança na região.

Diante da piora relevante do comportamento dos ativos locais nas últimas semanas, alguns participantes do mercado até viram oportunidade para ampliar a exposição ao Brasil, ainda que de forma tática. O desempenho ruim dos ativos domésticos, porém, tem agravado o pessimismo de agentes, que se mostram impacientes com os rumos da política econômica brasileira, especialmente em um ambiente externo cada vez mais negativo para emergentes.

Nesse sentido, declarações de Lula na manhã de ontem afetaram em cheio os ativos brasileiros. Em entrevista ao portal "UOL", Lula disse não ser verdade que a dívida pública do Brasil cresce muito rápido; descartou mudanças na política de salário mínimo; e afirmou que o problema "não é ter que cortar", mas sim saber "se precisa efetivamente cortar ou se precisa aumentar a arrecadação" - declarações que deram aval a um aumento do prêmio de risco nos mercados.

O câmbio mostrou forte depreciação, com o dólar em R\$ 5,5188 no fim da sessão, em alta de 1,20%, em um dia marcado pela alta generalizada da divisa e pressão dos rendimentos dos Treasuries. No acumulado de junho, a moeda americana avança 5,14% e caminha para ter a maior valorização mensal em dois anos.

No mercado de juros, as taxas de longo prazo voltaram a ser pressionadas: a do DI para janeiro de 2029 passou de 11,915% para 12,055%. Já o Ibovespa foi ajudado pelas ações de exportadoras e destoou do mau humor dos outros mercados ao fechar em alta de 0,25%, aos 122.641 pontos.

"O ambiente é mais ou menos o mesmo desde o começo do ano, mas a realidade está chegando", diz o estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli. "O fato é que uma política insustentável uma hora colapsa. E é insustentável um modelo de crescimento baseado na demanda, com aumento de gastos, elevação de **tributos** e expansão de crédito, em um mundo em que os juros são mais altos e a tolerância com problemas fiscais é menor", afirma.

Para Giacomelli, as discussões em abril sobre juros neutros mais altos em economias desenvolvidas alimentaram uma mudança na perspectiva dos mercados em abril sobre a questão fiscal brasileira. "Foi o começo do fim da complacência com gastos. Só que no Brasil, logo após o "sell-off" de abril, os três Poderes demonstraram intenção de ter mais gastos, ou seja, tivemos a sinalização errada na hora errada", complementa.

Giacomelli avalia que o Brasil tem dado uma resposta inadequada ao problema. "Queremos fazer uma dieta fiscal sem cortar o chocolate, a gordura, o queijo e o vinho, tudo na base do Ozempic? Tudo bem, só que podemos ver o dólar a R\$ 6", diz. Nesse sentido, o estrategista diz que, com a piora, o mercado passa a olhar as referências históricas. "É tudo especulação, mas basta olhar o passado... Chegamos a ver R\$ 5,90 [em 2020].

Se corrigirmos o valor do câmbio de 2002, teríamos algo em torno de R\$ 6,50 ou R\$ 7 por dólar. As referências dão indicações, e o teto não é o dólar a R\$ 5,50." Na visão do trader de renda fixa de um grande banco local, "somente uma medida concreta reverterá a má narrativa que estamos enfrentando e, neste momento, essa medida seria um contingenciamento de algo em torno de R\$ 20 bilhões" para o cumprimento da meta fiscal deste ano. "Até que tenhamos isso, o clima continuará muito negativo." "Em termos de posicionamento, é melhor ficar leve e sobreviver à volatilidade do mercado. Estamos em modo de sobrevivência", afirma o profissional, ao destacar a desvalorização recente do real e a alta firme dos juros futuros.

A avaliação guarda semelhança com a dos estrategistas do Goldman Sachs, para quem é preciso

que a questão fiscal seja ancorada com credibilidade, de forma semelhante ao observado na decisão de semana passada do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, para que haja uma melhora mais sustentada do câmbio brasileiro. "É preciso uma articulação clara e um compromisso com uma estratégia fiscal e monetária de médio prazo para desbloquear a verdadeira extensão do valor do real [retirar prêmios de risco]." Com apoio de uma visão de que o dólar deve seguir valorizado globalmente, a Adam Capital segue comprada em dólar contra o real e avalia que uma moeda americana com maior fôlego continua no foco do mercado. "Temos, ainda, uma visão de que a economia dos EUA deve seguir forte, o que deixará o dólar em alta em relação a quase todas as geografias", avalia Fabio Landi, sócio e gestor da casa, para quem o movimento recente do câmbio doméstico é majoritariamente explicado pelo vetor global.

"Vemos a Europa com uma **inflação** ainda alta cortando os juros; as eleições no México trazendo questionamentos sobre o futuro que afetam a moeda; e um diferencial de juros baixo, já que as taxas americanas seguem altas. Por todos esses vetores, o movimento global de dólar forte deve continuar", diz o gestor da Adam.

"Se formos reparar, o movimento do real de hoje [ontem] foi semelhante ao peso mexicano e ao peso colombiano... E, como acreditamos nesse ambiente externo de dólar forte e economia americana robusta, ainda que seja possível cortar os juros nos EUA, fica muito difícil argumentar que há um ambiente melhor para o Brasil, seja por "carry trade" ou pela balança comercial, até porque os termos de troca no Brasil não estão nos melhores níveis", afirma Landi.

Ontem, no fim da tarde, o dólar operava em alta de 1,07% contra o peso mexicano e de 1,37% em relação ao peso colombiano, em sinais renovados de uma crise de confiança com a América Latina. O movimento se intensificou desde as eleições presidenciais mexicanas e tem se agravado com o fim das estratégias de "carry-trade" que beneficiaram essas moedas no ano passado.

Na avaliação do gestor de renda fixa Denis Ferrari, da Kinea Investimentos, inclusive, o exterior respondeu pela maior parcela da reação negativa do mercado na sessão de ontem. "O que fez preço foi um sentimento generalizado de desespero do investidor estrangeiro com emergentes. México, Colômbia, Brasil...", avalia.

Na visão de Ferrari, a disposição do investidor global para tomar risco em mercados emergentes, ao mesmo tempo em que os juros nos Estados Unidos superaram os 5%, se mostra cada vez menor. A Kinea, nesse

contexto, encerrou posições compradas em real.

"O humor é bem mim. Estamos acabando de assistir um golpe de Estado na Bolívia, depois de um cenário eleitoral no México que não era o esperado pelo mercado. No Brasil, o fiscal é meio descontrolado e o governo é vacilante para cortar gastos e aumentar receitas. Na cabeça do estrangeiro, é muita volatilidade para pouco retorno", diz Ferrari. "Antes, o estrangeiro ganhava dinheiro com México e perdia no Brasil. Hoje está perdendo de todo lado, o que leva a uma "zeragem" [encerramento] mais forte de posições. E isso deu para perceber no mercado hoje [ontem]", diz.

"Queremos fazer dieta fiscal na base do Ozempic? Tudo bem, só que podemos ver o dólar a R\$6" Drausio Giacomelli

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913>

# Brasil é insustentável a longo prazo, diz Viana

O senador Carlos Viana (Podemos- MG) declarou que "o Brasil é insustentável a médio e longo prazos, durante evento da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), nesta semana, em Belo Horizonte.

"Temos em torno de 110 milhões de brasileiros que dependem do Estado, 1,5 milhão de empresas consideradas de médio e grande porte, que são as principais pagadoras de **impostos**, e 43 milhões de pessoas pagando **impostos**", acrescentou, durante o 9º Seminário Permanente da Reforma do Estado Brasileiro promovido pela ACMinas.

Futuro - Segundo o senador Carlos Viana, é necessário olhar para o futuro urgentemente no Brasil.

"Nós temos que passar a tratar as empresas, os investidores e nossos jovens como um potencial de riqueza.

A mão de obra precisa sair da transição da dependência do Estado para a geração da própria riqueza, essa é a minha preocupação.

E isso vai passar pelo conhecimento, por estudos e programas educacionais que funcionem de verdade e que não enganem a gente, porque hoje estamos sendo enganados por um sistema público de ensino que não é eficaz", disse durante o evento da ACMinas em Belo Horizonte.

# Prévia da inflação desacelera de 0,44% para 0,39% em junho

Rio de Janeiro - Apesar da pressão dos alimentos, a **inflação** medida pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) desacelerou a 0,39% em junho, após marcar 0,44% em maio, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado deste mês ficou abaixo da mediana das expectativas do mercado financeiro. Analistas projetavam nova variação de 0,44% em junho. Em 12 meses, porém, o IPCA-15 ganhou força e acumulou **inflação** de 4,06%, de acordo com o IBGE. Nesse recorte, a taxa era de 3,70% até maio. Entre as 11 regiões pesquisadas, a Região Metropolitana de BH foi a que apresentou o maior resultado mensal: 0,68%.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta no mês de junho. O ramo de alimentação e bebidas acelerou de 0,26% em maio para 0,98% neste mês. Com isso, registrou a maior variação e o principal impacto no IPCA-15 (0,21 ponto percentual). Em alimentação e bebidas, a alimentação no domicílio saiu de 0,22% em maio para 1,13% em junho. Contribuíram para esse resultado as altas da batata-inglesa (24,18%), do leite longa vida (8,84%), do arroz (4,20%) e do tomate (6,32%). Do lado das quedas, destacam-se o feijão carioca (-4,69%), a cebola (-2,52%) e as frutas (-2,28%). A alimentação fora do domicílio também acelerou, de 0,37% para 0,59%. Nesse caso, houve pressão do lanche (de 0,47% para 0,80%) e da refeição (de 0,34% para 0,51%).

Também apresentaram altas de preços os grupos de despesa habitação (0,63%), saúde e cuidados pessoais (0,57%), vestuário (0,30%), despesas pessoais (0,25%), comunicação (0,17%) e educação (0,05%). Dois grupos de despesa tiveram deflação (recoo de preços): artigos de residência (-0,01%) e transportes (-0,23%). Neste último, os itens que mais contribuíram para a queda foram passagem aérea (-9,87%), etanol (-0,80%), gás veicular (-0,46%), óleo diesel (-0,42%) e gasolina (-0,13%).

tendência

Por ser divulgado antes, o IPCA-15 sinaliza uma tendência para os preços no IPCA, índice oficial de **inflação** do Brasil. Ele serve como referência para o regime de metas perseguido pelo Banco Central (BC). A coleta dos preços do IPCA-15 ocorre entre a

segunda metade do mês anterior e a primeira metade do mês de referência da divulgação. Neste caso, a apuração foi agendada para o período de 16 de maio a 14 de junho. Já a coleta do IPCA se concentra no mês de referência do levantamento. Por isso, o resultado de junho ainda não está fechado. Será divulgado pelo IBGE no dia 10 de julho.

Analistas do mercado financeiro projetam que o IPCA fechará 2024 em 3,98%, conforme a mediana da edição mais recente do boletim Focus, divulgada pelo BC na segunda. A estimativa subiu pela sétima semana consecutiva, em meio a incertezas fiscais, que pressionam o dólar, e impactos das enchentes no Rio Grande do Sul. Devido à catástrofe ambiental, o estado amargou perdas na produção de alimentos. A redução da oferta local é vista como um fator de risco para parte dos preços no Brasil.

Com a alta das expectativas de **inflação**, o Copom (Comitê de Política Monetária), ligado ao BC, interrompeu o ciclo de cortes da taxa básica de juros, a Selic, na semana passada. A taxa, mantida em 10,5% ao ano, é a principal ferramenta da instituição para o controle inflacionário. O centro da meta de **inflação** perseguida pelo BC é de 3% em 2024, com tolerância de 1,5 ponto percentual para menos ou para mais. Ou seja, o objetivo será cumprido se o IPCA ficar dentro do intervalo de 1,5% a 4,5% no acumulado de 12 meses até de-zembro.acumulado de 12 meses até dezembro. (Com Agência Brasil)

Site: <https://digital.em.com.br>



# Lula volta a pôr corte de gastos em xeque, e dólar vai a R\$ 5,51

**I VICTOR OHANA e SOFIA AGUIAR/BRASÍLIA e ANTONIO PEREZ/SÃO PAULO**

Sob pressão para equilibrar as contas públicas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o governo realiza um pente-fino nos gastos da União, mas que é necessário saber se o "problema" é "cortar (gastos) ou aumentar a arrecadação". Ainda segundo ele, essa discussão está sendo feita com "muita tranquilidade", sem "levar em conta o nervosismo do mercado".

A reação no mercado não demorou a aparecer: o dólar, já pressionado por fatores externos, deu um salto ainda no meio da manhã, e não recuou mais. Fechou a R\$ 5,51, uma alta de 1,19%, no maior patamar desde 18 de janeiro de 2022.

Nem o decreto formalizando o sistema de meta contínua de **inflação** (mais informações na pág.

B4) nem as falas do secretário do Tesouro, Rogério Ceron, de que a equipe econômica tem "apoio total" de Lula, deram alívio.

Só neste mês, a moeda acumula valorização de 5,12%.

"Estamos fazendo uma análise de onde tem gasto exagerado, que não deveria ter, onde tem pessoas que não deveriam receber e estão recebendo. E com muita tranquilidade, sem levar em conta o nervosismo do mercado, levando em conta a necessidade de manter uma política de investimento", disse Lula, em entrevista ao portal UOL. Em outro momento, porém, afirmou que o problema é outro: "O problema não é que tem de cortar, o problema é saber se precisa efetivamente cortar, ou se a gente precisa aumentar a arrecadação. Temos de fazer essa discussão".

Ainda na entrevista, Lula voltou a descartar a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência e de baixa renda, da política de valorização do salário mínimo, por não considerar o benefício como gasto. Também negou a intenção de rever a regra que garante reajuste real (acima da **inflação**) do salário mínimo - e que serve de indexador, por exemplo, para benefícios previdenciários.

"Salário mínimo é o mínimo que uma pessoa precisa para sobreviver. Se acho que vou resolver o problema da economia brasileira apertando o mínimo do mínimo, estou desgraçado.

Não vou para o céu, ficaria no purgatório", disse.

Para o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, o governo "vai ter de provar a cada resultado primário e a cada reunião do Copom que está realmente comprometido com as metas fiscais e que o BC é autônomo".

No fim do dia, em entrevista a jornalistas, Lula ironizou a reação do mercado ("devem ter gostado") e disse que o Brasil "vive um bom momento".

"Eu sei como faz, mas muito depende da circunstância econômica, do dólar nos EUA. Lamentavelmente, é assim. Mas temos de ter consciência de que o Brasil vive um bom momento", disse ele. "Não olhe a economia brasileira apenas pela macroeconomia que aparece na televisão."

Limites Lula descarta mexer em benefícios como o BPC ou mudar a correção do salário mínimo

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>



# Dólar sobe 1,2%, a R\$ 5,51

**LUANA REIS, BERNARDO LIMA, KAROLINI BANDEIRA,  
THAÍS BARCELLOS E SÉRGIO ROXO**  
*economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA*

## MAIOR PATAMAR EM MAIS DE 2 ANOS

O dólar comercial manteve ontem a trajetória de valorização que vem demonstrando nos últimos dias: encerrou a R\$ 5,5188, com alta de 1,2%. E o maior patamar desde 18 de janeiro de 2022, quando a moeda fechou em R\$ 5,55.

Depois de ter fechado na terça-feira a R\$ 5,45, o dólar bateu os R\$ 5,50 logo cedo, em menos de 30 minutos de negociação, em meio à valorização da moeda no exterior e a declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele disse que o governo realiza um pente-fino nos gastos da União, mas que é necessário saber se o "problema" é "cortar ou aumentar a arrecadação".

- O problema não é que tem que cortar, o problema é saber se precisa efetivamente cortar, ou se a gente precisa aumentar a arrecadação. Temos que fazer essa discussão -disse Lula em entrevista ao portal de notícias UOL.

Ele descartou a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a idosos e deficientes de baixa renda, do salário mínimo e renovou as críticas ao Banco Central (BC). As falas azedaram ainda mais o humor do mercado, preocupado também com o setor externo.

-Gasto está sendo bem feito? Acho que está. Nós estamos fazendo uma análise de onde tem gasto exagerado, que não deveria ter, onde tem pessoas que não deveriam receber e estão recebendo. E com muita tranquilidade, sem levar em conta o nervosismo do mercado, levando em conta a necessidade de você manter política de investimento -disse Lula.

## "PURGATÓRIO"

Lula disse ser contrário à desvinculação do BPC por não considerar o benefício como gasto e afirmou que a vinculação ao salário mínimo é uma forma de manter o pagamento de um valor necessário para uma pessoa sobreviver. Atualmente, o BPC garante um salário mínimo a idosos de baixa renda acima de 65 anos ou a pessoas com deficiência. Em ambos os casos, é preciso ter renda familiar per capita de até um quarto de salário mínimo (R\$ 353).

-Não é (possível desvincular), porque não considero gasto. Salário mínimo é o mínimo que uma pessoa precisa para sobreviver. Se acho que vou resolver o problema da economia brasileira apertando o mínimo do mínimo, estou desgraçado. Não vou para o céu, ficaria no purgatório -disse Lula.

Ele negou a intenção de alterar a regra de reajuste do mínimo, que considera a **inflação** e o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). Lula disse que o objetivo de repor a **inflação** é manter o poder aquisitivo.

Essas declarações reforçaram a avaliação de analistas de que o governo quer fazer o ajuste das contas públicas pelo aumento de arrecadação, não pelo corte de despesas.

- Sem revisão crítica de despesas, programas e projetos ineficazes podem continuar a receber recursos, enquanto áreas prioritárias, como investimentos em infraestrutura, educação e saúde, podem ficar subfinanciadas - disse Diego Costa, gerente de Câmbio para o Norte e Nordeste da B T Câmbio.

No fim do dia, Lula ironizou a reação do mercado: -Por que teve reação? Não teve reação, deve ter gostado. Mas quem votava em mim pode continuar votando.

A equipe econômica, no entanto, minimizou as declarações do presidente Lula. Integrantes do Ministério da Fazenda e do Planejamento afirmam que a fase atual é de estudar o Orçamento e as medidas que podem ser adotadas. Ao mesmo tempo, diz um interlocutor, continuarão tentando convencer o presidente de que é fundamental adotar alguma medida estrutural, além do pente-fino nos benefícios, para limitar o crescimento das despesas e manter a sustentabilidade do arcabouço fiscal.

O Palácio do Planalto estima economizar de R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões com pente-fino em benefícios previdenciários e assistenciais. Como mostrou o GLOBO, o Ministério da Previdência economizou este ano R\$ 2 bilhões com combate a fraudes no pagamento de auxílios e aumento de eficiência na concessão de benefícios temporários. A projeção é encerrar o ano com economia entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Integrantes da equipe econômica, no entanto, ressaltam que só o pente-fino não é suficiente para colocar a trajetória das despesas dentro do limite

previsto pelo arcabouço fiscal nos próximos anos. No Orçamento, há alguns gastos que crescem continuamente acima da regra de atualização anual do limite do arcabouço, o que comprime outras despesas ao longo do tempo. Um exemplo são os mínimos constitucionais de investimento em Saúde e Educação e os benefícios previdenciários.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## FATORES EXTERNOS

Fatores externos, porém, também contribuíram para a alta do dólar. Gustavo Okuyama, gerente de portfólio da Porto Asset Management, explica que o dólar já abriu em alta no Brasil devido ao mau humor no mercado externo, e as falas de L(amanhã) e o debate presidencial (hoje), o mercado está se protegendo. As falas de Lula foram em linha com seus últimos discursos, mas não ajudam no humor dula levaram a uma piora no desempenho da moeda: - Com outros eventos de risco nesta semana, como a **inflação** nos Estados Unidos o mercado e só reforçam as preocupações com o cenário fiscal.

Amanhã sai o índice de gastos pessoais do consumidor (PCE, na sigla em inglês), observado com lupa pelo Federal Reserve (Fed, o BC americano) para avaliar a trajetória da **inflação** e decidir sobre juros.

## PROJEÇÕES REVISTAS

Com a valorização do câmbio, analistas já reveem suas projeções para o dólar.

- Várias casas de análise estão fazendo revisões - disse Luan Arai, operador financeiro e especialista em dólar da Genial Investimentos. - Esperávamos uma mudança da postura do governo em relação ao cenário fiscal, e não é o que está acontecendo. O cenário mudou completamente em relação ao começo do ano, a perspectiva piorou.

A Genial projeta o câmbio ao final do ano em R\$ 5,30.

Para Alexandre Maluf, economista da XP Investimentos, o patamar de R\$ 5,50 é muito elevado e não reflete os fundamentos econômicos e as contas externas, "que seguem muito sólidas". No momento, a gestora prevê o dólar a R\$ 5 no fim do ano, mas Maluf diz estar revendo suas premissas.

O BC anunciou ontem à noite que começará hoje a rolagem dos contratos de swap cambial (equivalente à venda de dólares no mercado futuro) com vencimento em 2 de setembro, no montante de US\$ 14,8 bilhões. Segundo um analista, por serem contratos já existentes, não deve haver reflexo na cotação da moeda.

# Gabriel Galípolo é "altamente preparado", afirma presidente

(Bernardo Lima e Karolini Bandeira)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, é "altamente preparado", mas disse que ainda não pensa na indicação para presidência da autoridade financeira. Galípolo é visto como o principal nome para suceder o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, em 2025.

- Primeiro, o Galípolo veio em uma reunião da meta inflacionária. O Galípolo é altamente preparado, conhece muito o sistema financeiro, mas ainda não estou pensando na questão do Banco Central, vai chegar um momento em que vou pensar. E não venham com chorumela, como diria o Fernando Henrique Cardoso - disse o presidente em entrevista ao portal UOL.

Lula também voltou a criticar o BC, que na semana passada manteve a taxa básica de juros (Selic) em 10,5% ao ano: -O Banco Central tem necessidade de manter a taxa de juro a 10,5% quando a inflação está 4%? O BC está levando em conta que as pessoas estão tendo dificuldade de fazer financiamento?

Na terça-feira, Galípolo participou de reunião com Lula no Palácio do Planalto, que contou ainda com a presença dos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais). A participação de Galípolo não constava nas agendas oficiais, nem dele nem de Lula.

Ao ser perguntado se o ex-ministro Guido Mantega e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, estão descartados para a chefia do BC, Lula desconversou: - Eu não indico um presidente do BC para o mercado. Indico para o Brasil. O mercado, seja financeiro, empresarial ou produtivo, tem que se adaptar a isso. Temos em mente que o Brasil vá bem.

O presidente disse ainda que quer "cuidar de controlar a inflação".

- Eu sou um ser humano que viveu inflação de 80% ao mês. Eu recebia salário e, se não gastasse aquele dinheiro um dia, ele perderia valor no dia seguinte. Então, para mim, inflação é quase uma opção divina, eu quero cuidar de controlar a inflação, porque eu quero que o povo tenha direito a comer do bom e do

melhor, e o mais barato possível.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Decreto altera as regras da meta de inflação

**THAÍS BARCELLOS, BERNARDO LIMA E CAROLINA NALIN**

Vinte e cinco anos após ser introduzida como um dos elementos do tripé da política econômica no país, o governo publicou ontem o decreto que estabelece uma nova sistemática para a meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central (BC), a partir de janeiro de 2025. Foram mantidos o parâmetro - o IPCA, índice de preços calculado pelo IBGE - e o nível -3,0%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos -, mas, agora, a verificação será contínua, deixando de ser medida a cada ano-calendário.

O novo modelo já havia sido divulgado em junho do ano passado, mas precisava ser confirmado com o decreto de ontem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Anteontem, Lula deu aval à mudança, numa reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo.

-A questão está absolutamente consolidada e eu acredito que o arcabouço fiscal, de um lado, e o decreto da meta contínua, do outro, estabelecem um novo horizonte macroeconômico para o Brasil -afirmou Haddad.

No modelo atual, o Conselho Monetário Nacional (CMN) -formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do BC -define, até junho de cada ano, a meta de IPCA a ser perseguida três anos à frente. Ou seja, até este mês, era preciso definir o alvo de 2027.

E o BC tinha que trabalhar para manter o IPCA anual dentro do intervalo. Caso o índice anual terminasse fora, a autoridade monetária tinha que divulgar uma carta pública explicando por que a meta não foi atingida.

No novo modelo, o CMN segue definindo o nível do IPCA a ser perseguido. Quando o alvo for alterado, só começará a valer 36 meses após. O descumprimento se dará quando o IPCA acumulado em 12 meses ficar fora da margem de tolerância por seis meses seguidos. Além da carta, o BC terá que divulgar explicações num relatório trimestral.

Segundo Haddad, o prazo de seis meses foi considerado o mais adequado em relação à experiência internacional. O ministro disse que o

tempo de um ano até o decreto ser publicado foi utilizado para entender como os outros países tratavam o tema.

Em nota técnica, o Ministério da Fazenda considera que a alteração permitirá alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais.

Possibilitará que a credibilidade do BC segure as expectativas para a **inflação** futura e evitará distorções. Por exemplo, evitará variações excessivas na taxa básica de juros (a Selic, hoje em 10,5% ao ano) e haverá menos incentivos para medidas para interferir artificialmente na **inflação** de um ano, apenas para o cumprimento da meta.

## IPCA-15 DESACELERA

Segundo a nota, "essas distorções foram muito observadas no passado recente", numa referência a medidas adotadas no governo Jair Bolsonaro, em 2022, como a desoneração dos combustíveis -cerca de dez anos depois de o governo Dilma Rousseff segurar reajustes da Petrobras e pressionar as prefeituras de Rio e São Paulo a adiarem aumentos de passagens de ônibus, por motivo semelhante.

Após a reunião de ontem do CMN, Haddad também destacou que a **inflação** vem caindo e que não há sinal de "apreensão em relação ao compromisso do BC e do governo com o atingimento das metas": - Hoje tivemos IPCA divulgado e estamos com preço se comportando cada vez melhor, desde a posse do presidente Lula até agora. Só estamos tendo notícia de que a **inflação** é declinante.

Ontem foi divulgado o IP-CA-15, considerado prévia do indicador oficial. O índice desacelerou de 0,44% em maio para 0,39% em junho. Apesar da perda de ímpeto, os preços de alimentos e bebidas subiram 0,98%, maior alta desde janeiro (1,53%), e a **inflação** de serviços preocupa economistas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Economistas elogiam clareza da nova regra

**Anais Fernandes, Marcelo Osakabe e Alex Ribeiro De São Paulo**

O decreto presidencial publicado nesta quarta-feira para oficializar a meta contínua de **inflação** foi bem visto por economistas mais pelo que não disse do que pelo que afirmou. Havia receio, por exemplo, de que o governo tentasse estabelecer prazos de convergência para a **inflação** até maiores do que o arcabouço atual de política monetária do Banco Central, que costuma trabalhar com um horizonte de 18 meses à frente.

A clareza do decreto também foi elogiada, seja ao reafirmar a antecedência de 36 meses para o Conselho Monetária Nacional (CMN) alterar o centro da meta e os intervalos de tolerância, seja ao especificar como se dispara o mecanismo que leva o BC a precisar se explicar sobre o desvio.

Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren e ex-chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto do BC, comemorou o fato do texto não trazer nenhum ponto que pudesse dar abertura a uma maior leniência na condução da política monetária. "Não trouxe nenhuma heterodoxia, o que é relevante", diz.

"Se temia que pudesse vir alguma coisa que a deixasse torta, que abrisse mais o horizonte ou pudesse dar margem à politização ao BC. Não foi o que ocorreu, ele foi técnico, reforçou as coisas boas e deu melhorada no que se podia", diz Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos.

Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco e ex-diretor de política monetária do BC, afirma que gostou do conteúdo do decreto e que "operar com prazos de convergência variáveis sempre foi prerrogativa do BC, corretamente".

Na avaliação de Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, o decreto representa "uma melhora institucional ao se sair da prática de ano-calendário para uma meta contínua, porém criando "check-points" suficientes", sem entrar na seara do BC com relação a prazos pré-estabelecidos para a convergência de volta à meta", afirma.

Mirella Hirakawa, economista e coordenadora de pesquisa da Buysidebrazil, leu o decreto como "neutro" ou "até melhor na margem" do que o esperado, "por causa do acompanhamento contínuo do regime de metas de **inflação**, trazendo mais informações, e pelos reforços de que meta, centro e intervalo de

tolerância só podem ser alterados a cada 36 meses".

Para Hirakawa, o documento tem potencial de estancar o processo de desancoragem das expectativas de **inflação** em andamento. "Acho que não seria forte o suficiente para uma reancoragem, mas também não descartaria essa possibilidade", diz.

Já para Flávio Serrano, economista-chefe do BMG, o decreto não deve ajudar nem atrapalhar as expectativas, que estão desancoradas por motivos que não têm a ver com o decreto. O primeiro, diz, é o receio de que houve mudança na função de reação do BC e ele estaria mais propenso a perseguir uma **inflação** maior. "Ele pode fazer isso sob as novas regras. Esse medo só vai se dissipar quando houver mudança completa da diretoria", afirma. O segundo motivo, diz, é o risco fiscal, que perdura.

Secemski, do Barclays, reforça que, "na prática, [o decreto] fortalece a importância de se ter um BC crível e autônomo para executar as políticas necessárias para a consecução da meta".

"Não trouxe nenhuma heterodoxia, o que é relevante"  
Sérgio Goldenstein

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913?page=1&section=1>



# Prévia da inflação sinaliza pressões para o resto do ano

**Marsílea Gombata e Alessandra Saraiva De São Paulo e do Rio**

A prévia da **inflação** oficial do país subiu menos que o esperado em junho, mas trouxe pressões que devem se perpetuar nos próximos meses, acendendo um alerta sobre o ritmo da desinflação e os rumos da política monetária.

Em junho, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) subiu 0,39%, ante maio, conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na quarta-feira (26).

O resultado do IPCA-15 de junho ficou abaixo da mediana de 0,43% em maio, de projeções compiladas pelo Valor Data.

No acumulado em 12 meses, o IPCA-15 ficou em 4,06% em junho, abaixo da mediana de 4,1 % das estimativas de consultorias e instituições financeiras.

O IPCA-15 é uma prévia do IPCA, calculado com base em uma cesta de consumo das famílias com rendimento entre um e 40 salários mínimos, abrangendo nove regiões metropolitanas, além de Brasília e Goiânia. A diferença em relação ao IPCA está no período de coleta e na abrangência geográfica.

O período de coleta do IPCA-15 de junho, de 16 de maio a 14 de junho, ocorreu com efeito das enchentes no Rio Grande do Sul.

As variações de preços de alimentos, passagens aéreas e gasolina foram as que mais pesaram na leitura de junho. Os preços de alimentação e bebidas subiram 0,98%, maior variação entre as nove classes de despesa.

A **inflação** da alimentação no domicílio acelerou de 0,22% em maio para 1,13% em junho. Destaque para altas dos preços de batata-inglesa (24,18%), leite longa vida (8,84%), arroz (4,20%) e tomate (6,32%). A **inflação** da alimentação fora do domicílio subiu de 0,37% para 0,59% entre maio e junho.

No grupo habitação, que subiu 0,63%, houve aumento de 0,79% em energia elétrica residencial (0,79%) e água e esgoto (2,29%).

Outras classes que tiveram alta foram artigos de residência (de -0,44% para -0,01 %) e despesas pessoais (de 0,18% para 0,25%).

"Os preços de alimentos devem continuar pressionando a **inflação**", diz Matheus Ferreira, economista da Tendências Consultoria.

Ferreira afirma que, apesar de Porto Alegre ter registrado IPCA-15 de 0,41% em junho, na abertura do indicador local ainda é possível identificar pressão em alimentos.

"A alimentação em domicílio avançou 1,97% em Porto Alegre, ante 1,13% em todo o país", diz o economista. "As pressões inflacionárias decorrentes da tragédia climática se materializam na alimentação. Esperamos que alimentos estejam pressionados até o fim do mês, com reversão nos meses posteriores."

Das nove classes de despesas do IPCA-15, cinco tiveram queda de preço: vestuário (de 0,66% para 0,30%), transportes (de 0,77% para -0,23%), saúde e cuidados pessoais (de 1,07% para 0,57%), educação (de 0,11% para 0,05%), e comunicação (de 0,18% para 0,17%).

Itens como habitação, vestuário, transporte e saúde podem desacelerar o IPCA de junho para 0,34%, diz Fabio Romão, economista da LCA Consultores.

O IPCA-15 subiu 0,41% em junho na região metropolitana de Porto Alegre, após alta de 0,86% em maio. A leitura do IBGE, contudo, foi menor que a esperada por alguns economistas.

"Esperávamos IPCA-15 de 0,9%, e veio 0,4%", diz André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Porto Alegre corresponde por 8% do IPCA nacional.

Segundo o economista, o dado coletado pelo FGV Ibre em Porto Alegre sugere que o impacto de alimentos adiante seja maior do que no IPCA-15 e que a **inflação** de junho seja mais alta que a prévia.

"Há dificuldade de coletar preços, devido a muitos lugares fechados ou em fase de limpeza. Na impossibilidade de ir a campo, usamos dados de notas

fiscais. E isso pode nos dar a possibilidade de olhar um pouco mais à frente", diz Braz.

O FGV Ibre projeta avanço de 0,4% do IPCA em junho. Para o ano, a estimativa é de alta de 4,15%.

Em junho, tanto a alta da medida de dispersão quanto a aceleração da média dos núcleos acenderam sinal de alerta, afirma Romão.

A medida de dispersão ficou em 56,95%, acima de maio (55,31%) e junho de 2023 (50,68%). "Essa dispersão tem a ver com a questão alimentar, mas também com o fato de que bens industriais aceleraram, o

que pode ser explicado pelo câmbio ou questões logísticas ligadas ao Sul, que concentra uma parte importante de autopeças."

A média dos núcleos, por sua vez, registrou alta de 0,33%, acima de maio (0,31%) e próxima de junho do ano passado (0,34%). "Há a questão da robustez dos preços, com serviços subjacentes acelerando de um mês para o outro, o que tem relação com o mercado de trabalho que continua robusto", diz.

A prévia da **inflação** menor que o esperado em junho, contudo, não muda a fotografia de que o ciclo de flexibilização da política monetária terminou neste ano, diz William Jackson, economista chefe para mercados emergentes da consultoria Capital Economics.

Andréa Ângelo, estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, alertou em nota a clientes para sinais de reaceleração da **inflação** de serviços subjacentes por causa do grupo de intensivos em trabalho.

"Os itens desse grupo são mais sensíveis a renda, emprego e mais inerciais. Com isso, esperamos que o grupo de serviços subjacentes encerre o ano perto de 6%, vindo de 4,8% em 2023", escreveu.

A Warren Investimentos revisou projeções para o IPCA de junho, de 0,33% para 0,28%, e para o de julho, de 0,25% para 0,24%. Para 2024, a projeção do IPCA é de alta 4%, com viés de alta.

"Esperamos que o grupo de serviços subjacentes encerre o ano perto de 6%" Andréa Ângelo

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187913?page=1&section=1>**



# Governo comete "suicídio econômico", diz AZ Quest

**Sérgio Tauhata De São Paulo**

A crise atual poderia se tornar um ciclo virtuoso se o governo dissipasse as incertezas que ele mesmo criou, avaliaram gestores e economistas presentes ontem no congresso de investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp). Segundo o economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, se o governo persistir na visão de que pode gastar sem pensar no amanhã e não reforçar a indicação de manter um corpo técnico autônomo na condução do Banco Central, "seria um suicídio econômico" para o governo Lula, que levaria fatalmente a uma derrota nas eleições em 2026.

Manoel, no entanto, afirmou enxergar um lado pragmático no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que na sua visão não deixaria a situação chegar a esse ponto. "Achamos que isso não vai acontecer, resta saber o quanto precisa piorar [para o presidente passara sinalizar austeridade fiscal]", acrescentou.

Para o gestor de renda variável da Perfin, Alexandre Sabanai, com sinalizações mínimas do governo, o mercado de ações pode viver um novo ciclo de expansão pelos próximos anos. Segundo o especialista, o presidente Lula precisa mostrar algum compromisso fiscal e com a manutenção da credibilidade do BC.

"O próximo banqueiro central só precisa saber conta de mais e menos para calcular o juro real e manter uma política monetária que traz credibilidade", disse em alusão ao esforço para a reancoragem das expectativas de **inflação**. "Nossa situação de contorno é muito mais fácil em relação a outras crises, a gente está se afogando num copo d'água", acrescentou. Para o gestor, "mantendo o BC com credibilidade na busca pela meta de **inflação** e mostrando um mínimo de disciplina fiscal, a gente entra num ciclo virtuoso muito grande [no mercado de ações]." Sabanai citou ainda como fator potencialmente impulsionador para a renda variável no Brasil se houver "um vento de cauda, com os juros americanos começando a cair".

Na visão de Manoel, da AZ Quest, em um cenário mais extremo, a depreciação contínua dos preços dos ativos e a deterioração das condições financeiras poderia levar até mesmo a um cenário de crise de

crédito.

O economista-chefe lembrou que após a reunião do Comitê d Política Monetária (Copom) na qual os quatro integrantes indicados pelo governo Lula votaram por um corte maior da Selic, de 0,50 ponto percentual, e os cinco apontados pelo governo anterior decidiram pela redução de 0,25 ponto, o mercado entendeu que "a partir de 2025 quem vai ser o presidente do BC será o Lula". Por isso, a questão da credibilidade abalada da autoridade "só vai sumir quando o futuro presidente do BC for confirmado". E teria de ser um nome visto como técnico e não político, caso do atual diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, visto como o preferido pelo presidente Lula.

Outra questão importante é o governo acenar com um compromisso fiscal. "Aí vai ter de contingenciar algo como R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões e mostrar que não vai afrouxar o fiscal", disse Manoel. Encaminhar uma reforma sobre despesas obrigatórias, com a desvinculação de benefícios do salário mínimo, também ajudaria, avalia.

Sem melhora do ambiente, o próximo movimento do BC deve ser uma alta de juros, afirmou o economista-chefe da XP, Fernando Genta. "Olhando para o que está acontecendo [incertezas no exterior e desequilíbrio fiscal no Brasil], é mais provável que o próximo movimento do BC seja de alta do que de corte [da Selic]." Segundo o especialista, o gasto público "voltou a crescer como antes [durante o governo Dilma] e nesse primeiro ano de arcação vai crescer IPCA mais 6%". Na visão de Genta, a política monetária, provavelmente, terá de "compensar" esse aumento das despesas. "Acho difícil mudara regra do salário mínimo e desvincular os benefícios."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187913>

# Fiscal obstrui efeito do juro na inflação, diz Berriel

**Alex Ribeiro De São Paulo**

A política fiscal expansionista em curso desde as eleições de 2022 obstruiu alguns dos principais canais de transmissão da política monetária, mas não inviabiliza o uso desse instrumento para cumprir as metas de **inflação**. Essa é a opinião do ex-diretor do Banco Central (BC) Tiago Berriel, que em 2015 foi um dos primeiros a alertar que o governo Dilma caminhava para uma situação de dominância fiscal, uma anomalia em que apertos monetário levam a uma aceleração da **inflação**, em vez de baixá-la.

"A gente teve uma política fiscal tão expansionista que impediu que a política monetária afetasse a atividade", diz Berriel, estrategista-chefe e sócio da BTG Pactual Asset Management. Isso que explica, segundo ele, a revisão feita na semana passada pelo BC que aponta que a economia opera sem capacidade ociosa.

A questão, afirma, é se esses estímulos fiscal vão ser revistos daqui para diante, fortalecendo a transmissão dos juros. Berriel acha que, na situação atual, uma eventual alta adicional de juros ainda teria poder para baixar a **inflação**. Mas o quadro pode mudar. "O processo de dominância fiscal depende crucialmente do nível de credibilidade da política fiscal." O economista diz que, na semana passada, o Copom sinalizou de forma "serena" uma estabilidade de juros por um período mais longo de tempo, mas sem fazer "guidance", ou seja, assumir compromissos. "Dada a volatilidade e a incerteza do cenário, o que temos confiança é que a próxima decisão do Copom é manutenção. O plano é a manutenção para as próximas, talvez até o final do ano. Mas mesmo aí já é um horizonte longo demais para ter certeza." Ele diz que a decisão unânime do Copom, depois dos ruídos provocados pela dissidência na reunião anterior, deve ser o padrão nos próximos meses. A nomeação do novo presidente e diretores do BC, opina, poderia retirar "um risco de cauda" num ambiente conturbado, com riscos externos e domésticos.

Berriel considera que foi uma boa decisão do governo não fixar prazo para o BC cumprir a meta contínua de **inflação**, dentro do decreto publicado ontem, que substituiu o formato de anos-calendário. "É o que já é feito. Se tiver um choque completamente fora dos padrões, o BC que vá convencer o público com argumentos técnicos qual é o horizonte relevante de

convergência para a meta. Se não convencer, perde credibilidade." A seguir, os principais trechos da entrevista: Valor: Qual foi a sua interpretação da última decisão do Copom?

Tiago Berriel: O **comunicado** e a ata foram bastante claros, bem serenos, uma tentativa de botar a bola no chão. Não colocam na mesa cenários muito díspares para não gerar volatilidade. No cenário base, o plano parece ser estabilidade de juros por um período mais longo, dadas as projeções de **inflação** e a simetria do balanço de risco. Não existe nenhum compromisso futuro, nenhum "forward guidance". Existe apenas a inferência desse plano. Há uma única brecha que abre a possibilidade de, no futuro, haver uma sinalização de um ajuste para cima de política monetária. Ela está na frase da ata que diz que, após debate, os membros do Copom decidiram "neste momento" manter o balanço de risco simétrico. Significa que alguns membros sugeriram e votaram pelo balanço de riscos assimétrico e que existe a possibilidade de que, no futuro próximo, a maioria seja revertida nessa direção. Mas, de novo, é a maneira mais suave e serena de introduzir uma sinalização de que talvez exista a uma subida de juro.

Valor: O Banco Central teria em mente um período determinado para manter a Selic estável?

Berriel: Pelas projeções do Copom, se mantiver parado para sempre, atinge uma **inflação** em torno da meta no final de 2025. Isso significa que você deveria estar pensando em alterar os juros, dadas as projeções, em torno de meados de 2025, mirando a **inflação** de 2026. Isso é uma eternidade no Brasil. Por mais que os modelos surgiram isso, sabemos o quão rápido os insumos do modelo vão mudando. Então, isso não é uma sinalização, é só o que o modelo está dizendo. Dada a volatilidade e a incerteza do cenário, o que temos confiança é que a próxima decisão do Copom é manutenção. O plano é a manutenção para as próximas, talvez até o final do ano. Mas mesmo aí já é um horizonte longo demais para ter certeza. Não existe um comprometimento, não existe uma sinalização, nenhum "guidance", mesmo fraco. A gente vai ter que ver como vai evoluir a situação, tem muita coisa para acontecer. Mas, se for olhar na combinação de projeção e sinalização, seria um período de ao menos algum algumas reuniões parada.

Valor: Essa sinalização de política monetária é suficiente para colocar a **inflação** na meta no horizonte relevante?

Berriel: Quais são os fatores que vão permitir a continuidade do processo de **inflação** em direção à meta? A gente tem alguns canais. O primeiro é um hiato

aberto. O Banco Central está admitindo que o hiato está mais fechado do que ele achava. Esse canal não está operacional hoje. Um segundo canal é o gravitacional das expectativas. As expectativas estão muito próximas da **inflação** corrente e longe da meta. Uma terceira possibilidade é um choque de oferta que melhore os preços. Um avanço tecnológico, uma onda de produtividade, um aumento do nosso produto potencial. Não acho que a gente tenha evidência forte disso. Um outro canal é uma tendência de apreciação cambial, que a gente até chegou a experimentar no início de 2023, mas que na margem a gente também não está vendo acontecer. Uma outra possibilidade é ter sorte. Alimentos, commodities, "tradables" e outros preços se comportarem tão bem que contaminem a **inflação** como um todo. Mas sorte não é um bom plano para ganhar uma batalha difícil. A questão é se daqui por diante vamos ter esses canais operacionais.

Valor: O que está obstruindo os canais de transmissão da política?

Berriel: Tenho dificuldade de acreditar, apesar da pouca evidência, de que a gente não andou por muito tempo no território contracionista na política monetária. A diferença é que a gente teve uma política fiscal tão expansionista, que opera de uma maneira tão mais direta sobre a demanda agregada, com transferências e com aumento da pressão de consumo, que impediu que a política monetária afetasse a atividade. Você tem nos dois últimos anos um pé no acelerador muito forte, muito direto, e um freio que opera com defasagens, que vai devagar. Quando a gente olha medidas mais amplas de gasto do governo, que incluem o que está fora da regra do arcabouço fiscal, como precatórios, a gente vê um crescimento do gasto real do governo ainda muito alto. Esse crescimento mais amplo que afeta a macroeconomia, não é o que está na lei do arcabouço ou não.

Valor: Tem alguma coisa que o Banco Central pode fazer diante dessa situação?

Berriel: A primeira questão é como será essa política fiscal daqui para frente. Se essa trajetória de crescimento de gastos amplos não permanecer, se não estimular tanto a economia daqui para frente, abre espaço para que a política monetária tenha esse efeito restritivo e a gente veja o hiato abrir. Ai vai ter um dos

canais de transmissão de política monetária funcionando. Isso vai acabar gerando que os outros canais também funcionem, principalmente o das expectativas. A princípio, isso pode acontecer. O governo, e a política fiscal de maneira mais ampla, vai deixar que com que esse ajuste aconteça? Se a gente não vir esse arrefecimento dos gastos do governo e essa política fiscal continuar estimulativa, a política monetária tem o seu papel. Vai ter que estar mais contracionista. Salvo se você tenha uma anomalia de dominância fiscal, é o que tem que fazer.

Valor Há alguma evidência de dominância fiscal hoje no Brasil?

Berriel: Não há nenhuma evidência disso, como não acho que a gente está próximo disso. Mas é algo que a gente tem que estar atento. O processo de dominância fiscal depende crucialmente do nível de credibilidade da política fiscal. Uma deterioração mais forte do que as pessoas acreditam que será a política fiscal no futuro pode gerar uma situação como essa.

Valor: O Banco Central está falando que a política monetária é contracionista e que está apertando mais. Está mesmo?

Berriel: Numa situação normal, onde não existem outros choques, onde ninguém está apertando outros botões na economia, a política monetária está acima do que seria a taxa de juros que não gera nem aumento, nem queda de **inflação**. Para qualquer estimativa razoável de taxa neutra, a taxa de juros é contracionista. Outra definição leva em conta que todos os botões estão sendo apertados ao mesmo tempo, inclusive um fiscal muito mais estimulativo. A política monetária está tão longe do juro neutro a ponto de compensar todas as outras coisas? A resposta é clara nos dados dos últimos dois anos. Não estava contracionista o suficiente, tanto que nossa atividade continuou forte. O nosso hiato está bastante fechado, não está aberto. O fato de ela não ter estado contracionista quer dizer que ela não vai estar contracionista no futuro próximo? Depende do que vai acontecer com o fiscal.

Valor: Qual o efeito da transição no comando do Banco Central?

Berriel: É um papel fundamental. A gente já chegou a um ponto em que, cada vez mais, as decisões do comitê precisam ser vistas num processo de transição e continuidade. Por isso a discussão da divisão de 5 a 4 na reunião de maio foi tão relevante. Não pela decisão entre baixar 0,25 ponto percentual ou 0,5 ponto percentual em si, mas sobre o que a divisão trazia de informação sobre o comportamento do futuro "board". Um processo de transição previsível, bem

**comunicado**, em que exista essa ideia de que a credibilidade do Banco Central vai se manter no futuro, é fundamental. Uma transição suave é muito importante para que o que esteja sendo feito em política monetária hoje se transmita da forma que deveria se transmitir. A impressão causada pela penúltima reunião do Copom foi bastante mitigada na última reunião, em que seus membros reconhecem o valor de construir uma relação institucional e de uma visão comum mais próxima. Acho que isso vai ser o padrão daqui para frente.

Valor: Valeria apenas antecipar a nomeação do próximo presidente do Banco Central?

Berriel: Num mundo com muitas incertezas que a gente tem vivido, retirar incertezas desnecessárias é bom. Outro exemplo é o decreto com as metas contínuas de **inflação**. É uma coisa amplamente esperada. Mas o fato de sair pode ser um fator de calma e acomodação. Você retira um risco de cauda. Da mesma maneira, a indicação do presidente e dos diretores da próxima diretoria do BC pode ajudar. Tirar esse risco de cauda é positivo no ambiente conturbado, com tantos riscos, tanto externos quanto domésticos.

Valor: Uma parte da incerteza na reunião de maio se deveu ao processo de comunicação do Banco Central. Poderia melhorar?

Berriel: Sem dúvida, teve alguns problemas de comunicação. Quando alterou o cenário base da comunicação, não ficou claro se o presidente falava em nome do comitê ou em nome de si próprio. Talvez uma arrumação na linha para deixar claro quando o presidente está dando a sua visão sobre o que está acontecendo na economia e quando ele está dando uma comunicação oficial, uma alteração da visão do "board". Eu acho que isso tem custo baixo para se resolver. Segunda coisa: acho que as pessoas aprenderam que uma divisão do "board" num momento de transição tem custos. Política monetária é uma coisa delicada, ela não é uma engrenagem mecânica pura e simples. Depende do seu impacto nas expectativas dos agentes. Mecanicamente mexer a taxa de juros para um lado não tem a mesma consequência se estiver sinalizando, ou influenciando, a credibilidade do futuro do Banco Central. A discussão da transmissão dos efeitos da política monetária é mais complexa do que só definir a taxa de juros no curto prazo. Tem que internalizar os efeitos que essa decisão, e a maneira como a decisão é tomada, tem sobre a credibilidade. Ao incorporar isso, a sua decisão é mais complexa e exige mais articulação, mais conversa e mais cuidado. O comitê inteiro aprendeu isso no evento de maio. Foi uma lição cara, mas que vai ter valia para esses próximos seis

meses.

Valor: Qual é a sua opinião sobre o decreto que estabelece a meta contínua de **inflação** e não fixa um prazo para o BC cumprir?

Berriel: Isso não é novidade, tem uma coisa parecida na regra anterior. Não acho ruim. A meta continua só mudou o período para trás de aferição de que está cumprindo ou não a própria meta. Deixou para o BC determinar o horizonte de convergência da **inflação** para a meta, de acordo com o que ele julga ser o horizonte relevante de efetividade da política monetária. É o que já é feito. Se tiver um choque completamente fora dos padrões, o BC que vá convencer o público com argumentos técnicos qual é o horizonte relevante de convergência para a meta. Se não convencer, perde credibilidade. É melhor do que uma regra fixa.

"As pessoas aprenderam que uma divisão do board num momento de transição tem custos"

"A indicação do presidente e dos diretores da próxima diretoria do Banco Central pode ajudar"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187913>

# Prévia da inflação oficial fica em 0,39% em junho

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) - que mede a prévia da **inflação** oficial no país - ficou em 0,39% em junho deste ano. A taxa é menor que a observada em maio (0,44%), mas superior ao percentual de junho de 2023:0,04%. A informação foi divulgada nessa quarta-feira (26), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA-15 acumula **inflação** de 1,04% no ano. Em 12 meses, a taxa é de 4,06%, acima dos 3,70% da prévia de maio.

## Segmentos

Em junho, o grupo de despesas alimentação e bebidas foi o que teve o maior impacto no IPCA-15, com **inflação** de 0,98%. Os itens que mais contribuíram para a alta de preços foram batata inglesa (24,18%), leite longa vida (8,84%), arroz (4,20%) e tomate (6,32%).

Também apresentaram altas de preços os grupos de despesa habitação (0,63%), saúde e cuidados pessoais (0,57%), vestuário (0,30%), despesas pessoais (0,25%), comunicação (0,17%) e educação (0,05%).

Dois grupos de despesa tiveram deflação (reco de preços): artigos de residência (-0,01%) e transportes (-0,23%). Neste último, os itens que mais contribuíram para a queda foram passagem aérea (-9,87%), etanol (-0,80%), gás veicular (-0,46%), óleo diesel (-0,42%) e gasolina (-0,13%).

## Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=134201>



# Haddad diz que país terá melhor resultado em 10 anos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou os movimentos especulativos no mercado financeiro brasileiro nos últimos meses.

"Não têm consistência essas projeções [do mercado]. Vamos soltar o relatório fiscal do primeiro semestre em 22 de julho. É o terceiro bimestre do ano que vai trazer números completamente consistentes com as projeções da Secretaria de Política Econômica. Com o trabalho que está sendo entregue, possivelmente, em 2024, vamos ter o melhor resultado fiscal dos últimos dez anos", declarou o ministro após a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Haddad ressaltou que a **inflação** está sob controle e em trajetória descendente, como mostrou o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), divulgado hoje. Haddad ressaltou que a **inflação** oficial ficou abaixo de 4,75% no ano passado e ficará abaixo de 4,5% neste ano.

"Só estamos tendo notícia de que a **inflação** é declinante no Brasil. Não estou vendo sinal de apreensão em relação ao compromisso do Banco Central e do governo com o atingimento das metas. Lembrando que durante o seu mandato, o presidente Lula cumpriu, se eu não me engano todos os anos, mas quase todos os anos as metas estabelecidas nos seus oito anos, não está sendo diferente nesses dois primeiros anos do seu governo", acrescentou.

Em relação ao resultado fiscal, Haddad repetiu que a maior parte do déficit público acumulado desde o início do governo decorre do reconhecimento de dívidas de governos anteriores e do pagamento de calotes, como o dos precatórios. "Antigamente, falava em pedalada era considerado crime, agora não é mais. Houve [no governo anterior] uma pedalada da Previdência, dos benefícios sociais, dos precatórios, do calote nos governadores. Nós não estamos fazendo superávit dando calote em ninguém. Nós estamos ajustando as contas com a maior transparência possível. Tudo está sendo contabilizado na forma da lei", destacou.

Banco Central O ministro da Fazenda negou qualquer rivalidade com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que deixa o cargo até o fim do ano. Haddad esclareceu que o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, compareceu à reunião de terça-feira (25) no Palácio do Planalto para

esclarecer dúvidas da Casa Civil sobre o decreto que instituiu a meta contínua de **inflação** e que não haveria razões para Campos Neto ir ao encontro.

Haddad reclamou que a não ida de Campos Neto ao Palácio do Planalto tem sido usada para especulação no mercado financeiro. "Nós fizemos [a reunião] no mesmo dia do decreto, junto com o decreto, para evitar especulação. Tem havido muita especulação no mercado e isso está prejudicando as pessoas. O que foi decidido hoje foi o que foi pactuado um ano atrás. Usamos esse tempo todo para entender como é que se procedia mundo afora, para oferecer ao país o que tem de melhor e mais moderno", justificou. Ele reiterou que a meta contínua de **inflação** e o novo arcabouço fiscal abrem "um novo horizonte macroeconômico" para o país.

©MAIS CONTEÚDO ACESSE [www.oestadoce.com.br](http://www.oestadoce.com.br)

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>



# Governo formaliza regime de meta contínua de inflação a partir de 2025

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou ontem, em edição extra do "Diário Oficial da União" ("DOU"), decreto que altera o regime de metas de **inflação**. Com a mudança, a apuração do indicador deixa de ser vinculada ao ano-calendário e passa a seguir o sistema contínuo. O novo medidor entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, com centro do alvo e intervalo de tolerância definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mediante proposta do ministro da Fazenda.

A sistemática prevê que o cumprimento da meta seja apurado com base na **inflação** acumulada em 12 meses em um índice de **inflação** definido pelo CMN. Será considerado que a meta foi descumprida quando a taxa se desviar por seis meses consecutivos do intervalo de tolerância. Assim, o Banco Central (BC) vai perseguir o alvo inflacionário de forma contínua, e não mais de janeiro a dezembro de cada ano.

O decreto estabelece ainda que ao BC "compete executar políticas necessárias ao cumprimento da meta fixada". A partir de 1º de janeiro, a autoridade monetária terá de divulgar, até o último dia útil de cada trimestre civil, o novo Relatório de Política Monetária, que conterá desempenho do novo regime da meta, resultados das decisões passadas de política monetária e avaliação prospectiva da **inflação**.

JUSTIFICATIVA. "Sempre que ocorrer o descumprimento da meta, nos termos do disposto no artigo 2º, o Banco Central do Brasil divulgará publicamente as razões do descumprimento por meio de nota no Relatório de Política Monetária e carta aberta ao ministro de Estado da Fazenda", diz o decreto.

Esses documentos deverão conter descrição detalhada das causas de descumprimento, medidas necessárias para fazer a **inflação** retornar à meta e prazo para que essas medidas tenham efeito. O BC terá de divulgar nova carta e nota, caso a **inflação** não retome ao intervalo de tolerância no prazo previsto, ou a autoridade monetária considere necessário atualizar medidas, ou prazo esperado para a convergência. O centro da meta e o intervalo de tolerância poderão ser alterados pelo CMN, com base em uma proposta do ministro da Fazenda, com antecedência de no mínimo 36 meses para a sua aplicação.

A alteração do atual regime de metas de **inflação**, em vigor desde 1999, foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, há exatamente um ano, após o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelecer a meta de 3% para 2026. No entanto, era necessária publicação do decreto para formalizar a mudança ou o CMN precisaria definir agora a meta anual para 2027.

Prévia

IPCA-15 fica em 0,39% em junho

O índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da **inflação** oficial do país, ficou em 0,39% em junho deste ano. A taxa é menor que a observada em maio (0,44%), mas superior ao percentual de junho de 2023: 0,04%.

A informação foi divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA-15 acumula 1,04% no ano. Em 12 meses, a taxa é 4,06%, acima dos 3,7% da prévia de maio.

Em junho, o grupo de despesas alimentação e bebidas foi o que teve maior impacto no IPCA-15, com **inflação** de 0,98%. Os itens que mais contribuíram para alta de preços foram batata-inglesa (24,2%), leite longa vida (8,8%), arroz (4,2%) e tomate (6,3%). Individualmente, contribuíram para aliviar a **inflação**: passagem aérea (-9,9%), etanol (-0,8%), gás veicular (-0,5%) e óleo diesel (-0,4%).

CMN ratifica projeção do índice em 3%

Vantagem.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que uma vantagem da meta de **inflação** contínua é permitir que o BC ofereça um plano de trabalho para devolver o indicador para o eixo, a depender do cenário econômico do país. O decreto publicado ontem não define prazo para que a autoridade monetária volte a cumprir a meta, caso haja desvio.

Crises.

"É uma grande vantagem. A depender do choque que a economia sofrer, sobretudo se for externo, como a pandemia ou crise financeira de 2028, cabe ao Banco Central oferecer um plano de trabalho para trazer para a banda e centro da meta", observa Haddad.

Meta.

O ministro ainda informou que o CMN ratificou ontem a meta contínua em 3%, com intervalo de 1,5 ponto porcentual. "Agora, desobriga o CMN a todo ano fixar meta de **inflação**", comentou, após reunião do colegiado, que contou com diretores e o presidente do BC.

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>